



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

João Goulart

**Desenvolvimento
e
Independência**

**1 DISCURSOS
1961**

Brasília

1962

Presidência da República
BIBLIOTECA

SUMÁRIO

Brasília, 7 de setembro de 1961. Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República ...	9
Brasília, 8 de setembro de 1961. No Palácio do Planalto, ao ser investido no cargo de Presidente da República	13
Brasília, 18 de setembro de 1961. No Palácio do Planalto, pelo transcurso do 15º aniversário da Constituição do País	17
Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1961. Na sede da União Nacional dos Estudantes, ao ser homenageado pelas entidades estudantis	21
São Paulo, 29 de setembro de 1961. Ao ser homenageado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	23
São Paulo, 29 de setembro de 1961. Na Câmara Municipal de São Paulo, ao receber o título de "Cidadão Paulistano"	27
São Paulo, 1 de outubro de 1961. Na inauguração da VI Bienal de São Paulo	31
Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1961. Na sede da revista "O Cruzeiro", ao ser homenageado pelos "Diários Associados"	33
Brasília, 18 de outubro de 1961. No Palácio do Planalto, ao receber, em audiência especial, uma comissão de senhoras, representantes de várias entidades nacionais	39
Belém, 25 de outubro de 1961. Discurso inaugurando mais uma unidade termoeletrica da usina de Belém	45
Belém, 25 de outubro de 1961. Na Câmara Municipal, ao receber o título de "Cidadão de Belém"	49
Belém, 25 de outubro de 1961. Discurso saudando o Governador do Pará	53
Angra dos Reis, (RJ), 27 de outubro de 1961. Ao presidir a solenidade de lançamento do maior navio mercante construído à época no País	55
Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1961. Em frente ao Palácio Piratini, ao ser homenageado pelo povo, na primeira visita ao Rio Grande do Sul, como Presidente da República	57
Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1961. Na solenidade de encerramento do II Congresso das Assembléias Legislativas do Brasil	61

São Borja (RS), 4 de novembro de 1961. Na sede do Clube Municipal, ao ser homenageado com um banquete pela sociedade local	67
Brasília, 9 de novembro de 1961. No Palácio do Planalto, ao saudar os Prefeitos e Vereadores que se encontravam na Capital da República, para acompanhar a tramitação final da Emenda Constitucional nº 5, que instituiu nova discriminação de rendas em favor dos Municípios	73
Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961. Na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao receber o título de "Cidadão Mineiro"	77
Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961. No encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas	83
Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961. No auditório do Ministério da Fazenda, ao parabenizar os economistas que concluíram o Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em cooperação com o Governo Brasileiro	87
Brasília, 6 de dezembro de 1961. No Palácio do Planalto, ao dar as boas-vindas ao Senhor Eduardo Victor Haedo, presidente do Conselho Nacional do Governo do Uruguai	93
Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1961. No banquete oferecido no Palácio Itamarati ao Senhor Eduardo Victor Haedo, Presidente do Conselho Nacional do Governo do Uruguai	95
São Paulo, 10 de dezembro de 1961. No Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	99
Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1961. A bordo do navio-aeródromo "Minas Gerais", por ocasião da entrega da Bandeira Nacional oferecida pela mulher mineira ao capitânia da nossa Esquadra	105
Brasília, 13 de dezembro de 1961. Pela rede de radiodifusão de "A Voz do Brasil", no encerramento das comemorações da Semana da Marinha	107
Brasília, 14 de dezembro de 1961. No Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	109
Curitiba, 21 de dezembro de 1961. Na solenidade de conclusão dos Cursos da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda	113
Pôrto Alegre, 21 de dezembro de 1961. Ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho do Desenvolvimento do Extremo Sul	115
Charqueadas (RS), 21 de dezembro de 1961. Na inauguração da Usina Termoeletrica de Charqueadas	119
Candiota (Pelotas — RS), 22 de dezembro de 1961. Na inauguração da Usina Termoeletrica de Candiota	121
Brasília, 31 de dezembro de 1961. Pela rede de radiodifusão de "A Voz do Brasil", ao ensejo da passagem do ano	123

Esclarecimento

Os discursos constantes da presente coletânea pertencem ao período que vai de setembro a dezembro de 1961, isto é, a fase mais aguda que sucedeu à crise de agosto.

Muitos dêles foram pronunciados sob o calor do imprevisto. Conservam, assim, o clima que o povo brasileiro viveu naquela quadra incerta para o destino das instituições democráticas.

Dêste volume não fazem parte proclamações nem comunicados, mensagens ou despachos oficiais: apenas a palavra direta do Chefe da Nação, em face dos acontecimentos que a tornaram indispensável à inteligência e à compreensão do País.

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Brasília, 7 de setembro de 1961.

*Perante o Congresso Nacional, ao
assumir a Presidência da República.*

Assumo a Presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a Nação. A minha investidura, embora sob a égide de um nôvo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional. Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vêzes Vice-Presidente da República e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de tôdas as suas fôrças, para impedir que a decisão soberana fôsse desrespeitada. Considero-me guardião dessa unidade nacional, e a mim cabe o dever de preservá-la, no patriótico objetivo de orientá-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria brasileira.

Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo tôdas as resistências, para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios ao nosso alcance, a solução dos seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que êle soube defender a lei, a ordem e a democracia.

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interêsses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento.

Permitam, entretanto, Senhores Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha.

Souberam Vossas Excelências resguardar, com firmeza, com honra e com sabedoria, o exercício e a defesa do mandato que a Nação lhes confiou. Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo poder dêle mesmo emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular, que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê o seu *referendum* supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante.

Surpreendido, quando em missão do meu País no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir. Desde logo pude avaliar a extensão e o sentido exato da mobilização de consciências e vontades em que se irmanaram os brasileiros, para a defesa das liberdades públicas. Solidário com as vivas manifestações das nossas consciências democráticas, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe à nova Capital, o caminho que me trouxe a Brasília.

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir; prefiro pacificar a acirrar ódios; prefiro harmonizar a estimular ressentimentos. Promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das nossas instituições, da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional. Reclamamos a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com tãda a energia, para, sob a inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o País para a única luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica, que é a luta contra o pauperismo, a luta contra o subdesenvolvimento.

Dirijo-me especialmente ao Presidente Paschoal Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar; ao Congresso Nacional, que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos, e que agiu, na emergência, na defesa intransigente do regime democrático; à Igreja Católica, que é a de minha confissão, e que desde o

primeiro instante se manifestou pela legalidade, na voz autorizada dos seus mais ilustre prelados; às outras Igrejas que também defenderam a Constituição; aos estudantes, que lutaram intrêpidamente pela preservação da ordem democrática; às forças da produção, que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, harmonia e conciliação no jôgo das tensões sociais; à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram-se à proteção da ordem jurídica; aos Governadores dos Estados que resistiram na defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram uma impressionante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática; a todos, como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do País e formulo um apêlo para que não nos faltem, em nenhum momento, com o seu apoio e com a sua solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum.

Ao Poder Judiciário desejo prestar uma homenagem tôda especial ao vê-lo, Senhor Presidente, cada vez mais prestigiado pela reafirmação popular de respeito e acatamento às leis.

Sob o meu Govêrno, tôdas as liberdades públicas estarão desde logo asseguradas, com a suspensão, Senhores Congressistas, de quaisquer medidas administrativas impostas contra as garantias estabelecidas na Constituição da República.

Senhores Congressistas:

O destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República na data da independência política do Brasil. Vejo, na coincidência, um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da Nação. Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à nossa Pátria com tôdas as forças, com energia e sem temores, para que possa defender, como os nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.

Brasília, 8 de setembro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao ser investido no cargo de Presidente da República.

Senhor Presidente Ranieri Mazzilli:

Ao receber de Vossa Excelência o cargo de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, num dos instantes mais graves da sua história política, tenho perfeita consciência dos pesados encargos que me aguardam. Não me faltam, porém, a coragem e a fé nos destinos do Brasil.

Saídos de uma batalha pela legalidade, cabe-nos, agora, dedicar-nos ao trabalho construtivo da Pátria, e para tanto convocar todos os brasileiros, sem discriminação de qualquer ordem. Ninguém deve esperar soluções milagrosas do Governo que hoje se instala. Inspirando-nos no empolgante movimento de unidade legalista do povo brasileiro, procuraremos mobilizar e harmonizar as diversas correntes representativas da Nação.

Vemos apenas um privilégio para o exercício dos cargos públicos: é o privilégio do mérito pessoal, da cultura e do trabalho a serviço da coletividade.

Convocado pelo povo brasileiro, que em todos os recantos do País clamava pela legalidade, cheguei ao Brasil, encontrando desde o meu Estado, onde desembarquei, uma população vibrante de patriotismo e exaltada nos seus sentimentos cívicos de defesa das instituições republicanas.

Apesar de profundamente sensibilizado pelas demonstrações de entusiasmo do povo, apaixonado nas exteriorizações do seu amor à liberdade, jamais tive outro pensamento que não fôsse o de evitar que o País pudesse sofrer as desgraças de uma guerra

entre irmãos. Minha primeira mensagem ao povo brasileiro foi de paz, de concórdia, de desarmamento dos espíritos e de compreensão, para defesa da ordem pública.

E, assim, aqui estou, Senhor Presidente, com a consciência tranqüila de quem não faltou à sua pátria e aos seus deveres numa hora decisiva da nacionalidade.

Devemos todos rejubilar-nos por ter sido evitada uma luta fratricida, graças à atuação ordeira e patriótica do povo e à compreensão dos homens responsáveis pelo destino do Brasil, entre os quais destaco a atuação equilibrada de Vossa Excelência, Senhor Presidente Ranieri Mazzilli, nos momentos mais delicados da crise deflagrada.

Meu grande empenho continua sendo o da pacificação da família brasileira, e estou disposto a tudo fazer para apagar ressentimentos ou divergências, que não mais podem subsistir diante dos deveres que todos temos para com a pátria comum.

Sem embargo dos pronunciamentos presidencialistas de setores diversos da opinião pública, estou cumprindo e continuarei a cumprir, com rigoroso acatamento ao Congresso Nacional, as normas do sistema por ele instituído.

Em contato com as correntes políticas, através de seus chefes e líderes, entreguei, desde a minha chegada a Brasília, ao partido de maior representação no Parlamento, a Presidência do Conselho de Ministros, na pessoa do eminente Doutor Tancredo Neves, que teve a incumbência constitucional de organizar o Ministério de acordo com as demais agremiações partidárias, fazendo-o com o alto espírito público de que é dotado. Em consequência, formou-se um governo de coalizão, constituído de homens ilustres, devotados à causa pública e aos superiores interesses da Nação e que, faço votos, e disso estou certo, tudo envidarão para corresponder aos anseios do povo, de melhoria das condições de vida e de progresso nacional. Pela própria sistemática do parlamentarismo, o Governo deve contar com o apoio e a colaboração do Congresso Nacional.

A Nação registra e enaltece a atitude dos Senhores Membros do Congresso Nacional, que — sob a presidência de um bravo defensor da legalidade, o Senhor Senador Auro de Moura Andrade, e ao lado do ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor

Sérgio Magalhães, intransigente no cumprimento dos postulados constitucionais — souberam manter bem alto o prestígio e a dignidade do Parlamento.

Ao receber das mãos de Vossa Excelência, Senhor Presidente Ranieri Mazzilli, a faixa presidencial, invoco a proteção de Deus e peço ao povo brasileiro que não nos falte com a sua solidariedade nas árduas tarefas do nôvo Govêrno e para a realização dos destinos gloriosos da nossa pátria.

Brasília, 18 de setembro de 1961.

No Palácio do Planalto, pelo transcurso do 15.º aniversário da Constituição do País.

Hoje, mais do que nunca, fiel ao meu mandato popular, quero proclamar a minha confiança nas instituições democráticas e reafirmar o juramento que fiz, perante o povo, de guardar a Constituição em tôda a sua plenitude e na dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra, observando e fazendo observar os novos postulados constitucionais que implantaram no País o regime parlamentar.

Muitos terão descrido do regime democrático; alguns terão desesperado de defendê-lo; outros terão pretendido golpeá-lo; mas o povo ensinou-nos como sustentá-lo, na resistência admirável daqueles dias de incerteza e de angústia que, juntos, vencemos, todos nós — autoridades, trabalhadores, estudantes, intelectuais, forças armadas, clero, classes produtoras e, na expressão da síntese mais legítima, o Congresso Nacional.

A democracia reafirmou-se em tôda a sua grandeza; o povo ainda mais se vinculou às instituições, e os que buscamos honrar o mandato que êle, nas urnas, nos conferiu, revigoramos a nossa fé na destinação histórica da nossa pátria. Na recente crise política que abalou o País, em verdade o grande vencedor foi o povo, ao qual ninguém pode arrebatara palavra decisiva.

Bem haja que se possa assinalar a data em que se comemora o 15º aniversário da proclamação da Constituição em plena tranquilidade da ordem institucional, no absoluto respeito aos direitos e às garantias individuais, na preservação mais segura das liberdades públicas, na confirmação mais enfática dos direitos sociais.

Não estarei dizendo novidade, entretanto, ao afirmar que a crise política, há pouco superada, deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social em que se debate o País, e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros, para o combate sem trégua às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-la se ameaça a preterição dos problemas essenciais. Estou certo de que o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à Nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando, de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o dos abusos do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas; regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas de maior alcance social, que ainda figuram no texto da Carta Magna como meras conquistas sem efetividade prática, de modo, enfim, que o povo sinta que, ao defender o regime democrático, defende, em verdade, seus próprios interesses, que são os superiores interesses do País.

Não teremos compreendido o fenômeno que se evidenciou em termos políticos se não tivermos a coragem de enfrentar os problemas fundamentais do País. Para esta obra, entretanto, a ninguém é dado excluir-se. Nem será menor a responsabilidade de uns do que a de outros. Todos, sobretudo os que têm uma parcela de liderança, estão convocados para a obra comum: a imprensa, os professores, os magistrados, os intelectuais em seu sentido mais amplo, os estudantes, os trabalhadores das cidades e dos campos, os religiosos de tôdas as crenças, as forças armadas e as classes produtoras, os representantes do povo nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional. Não podemos, povo e Governo, adiar a sistematização e a concretização das soluções que a análise em profundidade da problemá-

tica brasileira nos imponha, sem que nos exponhamos à condenação mais severa das gerações vindouras.

Maior nação da América Latina, temos consciência da nossa responsabilidade, como fator decisivo do seu equilíbrio, na atual conjuntura mundial. Inaugura-se amanhã nova Assembléia das Nações Unidas, e o Brasil estará presente para defender a sua tradicional política — já definida pelo Conselho de Ministros — em favor da autodeterminação de todos os povos e contra a intervenção nos assuntos internos de cada país. Esses princípios fundamentais podem e devem ser sustentados sem alarde, porém de maneira firme e corajosa. Somos uma nação adulta, ciosa da sua independência, e não só respeitamos a independência alheia, como também entendemos que cada povo deve escolher livremente os seus rumos e as suas soluções.

Fazendo-me eco da posição do Governo e dos anseios populares, dirijo um veemente apêlo a todos os países representados naquela Assembléia, para que encontrem o caminho do entendimento que conduza à paz. Desarmem-se os espíritos, eliminem-se prevenções e intolerâncias, de modo que possam ser colocadas a serviço da saúde, da educação e do bem-estar dos povos as fabulosas somas que atualmente se empregam e se esterilizam na produção e manutenção de armamentos. Enquanto a fome aflige mais da metade da população do mundo, bombas atômicas e outros engenhos são experimentados, numa afronta aos sentimentos e às aspirações pacíficas da humanidade. Cessem as explosões nucleares e os preparativos guerreiros, utilizando-se os gastos astronômicos que isso acarreta no atendimento da necessidade dos povos subdesenvolvidos, sem quebra, entretanto, do respeito à soberania de cada um.

As sábias lições de Sua Santidade o Papa João XXIII, expressas na admirável encíclica "Mater et Magistra", devem aqui ser lembradas: "Mas ao prestarem as nações mais florescentes seu auxílio às menos favorecidas, não só é necessário que reconheçam e respeitem sua individualidade, mas tenham todo o cuidado para que, ao ajudá-las, não queiram constrangê-las a imitar sua forma de vida. Além disso, os países economicamente desenvolvidos devem precaver-se para que, ao ministrarem auxílio aos menos

prósperos, não tenham em vista aproveitar-se da situação para exercer planos de predomínio. Se isto vier a dar-se, deve-se declarar explicitamente que, nesse caso, se procura, na verdade, instaurar uma forma de colonialismo que, embora disfarçada sob um nome aceitável, representa antiga dominação da qual, nos tempos recentes, muitos povos se libertaram e que, prejudicando as relações entre os povos, constitui um perigo para a paz mundial."

O povo brasileiro, no instante em que comemora a data da sua Constituição, e se orgulha de vê-la preservada e sustentada por êle próprio, expressa a sua mensagem de fraternidade aos povos de todo o mundo e, em particular, àqueles que lutam como nós estamos lutando pela liberdade econômica.

Ao celebrarmos o 15º aniversário da Constituição, reafirmo a minha confiança na capacidade política do nosso povo, no seu espírito de fidelidade às instituições democráticas e na determinação já comprovada de não recuar diante de qualquer obstáculo na grande luta pela emancipação nacional. Sem distinção de credos nem de ideologias, unamo-nos todos na construção da pátria comum, pelo amanhã dos nossos filhos e pela tranquilidade das nossas famílias, na certeza de um povo que se fará próspero pelo trabalho e, no aprimoramento da sua cultura, há de encontrar os meios de renovação e fortalecimento da sua crença na democracia sinceramente praticada, como o regime ideal em que os privilégios de alguns não se sobreponham aos impostergáveis direitos do povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1961.

*Na sede da União Nacional dos
Estudantes, ao ser homenageado pe-
las entidades estudantis.*

Quero agradecer esta vibrante manifestação que, na sede da UNE, recebo dos estudantes brasileiros, e expressar-lhes profundo reconhecimento pela bravura, coragem e patriotismo com que se colocaram ao lado e à frente do povo, naquele extraordinário movimento de opinião pública em defesa das instituições democráticas da nossa pátria. Em meu nome pessoal e em nome do País, agradeço à valorosa classe estudantil, que, mais uma vez, honrou as suas tradições de luta, na preservação das nossas liberdades públicas.

Nesta oportunidade, quero destacar a honrosa presença, entre nós, do ilustre Primeiro-Ministro do Governo, o nosso amigo Tancredo Neves, e do eminente Ministro da Educação e Cultura, Deputado Oliveira Brito, homens inspirados no mais sadio patriotismo e que, já na primeira reunião do Gabinete, defendiam com ardor a linha perseguida pelo Brasil na sua política externa. Defendiam-na através de uma nota que representava o pensamento unânime do Conselho de Ministros, favorável à autodeterminação dos povos e à não-intervenção de nações na vida interna de outros países, linha esta que se traduziu em brilhante manifestação do nosso eminente patricio Senador Afonso Arinos, que, ainda anteontem, na sede da UNE, expressava o pensamento do Governo sobre esta questão.

A tôdas as entidades que participam desta calorosa manifestação trago a certeza de que jamais trairemos o nosso passado e

os ideais imperecíveis de um homem que se sacrificou em defesa do povo, que lutou até o último momento da sua vida contra forças poderosas que se opunham aos interesses da nossa pátria. Há poucos minutos, em companhia de Tancredo Neves e Oliveira Brito, depositávamos flôres junto ao busto do grande Presidente Vargas, flôres que não simbolizam apenas saudades, mas que representam a reafirmação do seu pensamento, nesta hora em que assumimos os destinos do País. Este Govêrno, cuja política externa e interna se inspira nos mais legítimos interesses brasileiros, precisa do apoio e da colaboração dos estudantes para que possa realizar uma obra que venha ao encontro dos anseios do nosso povo.

Neste momento, a nossa maior preocupação à frente da Nação é a de restabelecer o império da lei e da ordem, para que o Brasil, dentro de um clima de compreensão e de liberdade, possa caminhar no atendimento dos problemas fundamentais que interessam diretamente ao povo e aos trabalhadores.

A tôdas as entidades presentes, aos estudantes, aos trabalhadores, ao bravo e generoso povo carioca, ao clero, aqui representado, renovo o meu agradecimento e a certeza de que tudo faremos, com a ajuda de Deus, para realizar uma obra digna do povo brasileiro, digna de todos aquêles que lutam pela emancipação da nossa pátria.

São Paulo, 28 de setembro de 1961.

Ao ser homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Considero um privilégio dirigir-vos a palavra neste momento expressivo da vida pública nacional, ao primeiro contato com a terra bandeirante, depois da minha investidura na Presidência da República. Esta homenagem, que muito me sensibiliza, ultrapassa a minha pessoa, para refletir-se naquilo que o destino quis que eu encarnasse, num momento difícil da nossa história, ou seja, o princípio segundo o qual, na conformidade das próprias palavras da nossa Constituição, "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Na Presidência da República, dentro do sistema em vigor e na medida das minhas possibilidades, nenhum esforço pouparei no cumprimento dos deveres que a lei me impõe. Com fé em Deus e nos destinos do Brasil, estou certo de contar com a ajuda e a compreensão de todos os meus compatriotas.

Sois, Senhores Deputados, os representantes credenciados do povo paulista, que vos outorgou, segundo as normas do regime representativo, um mandato que estais oferecendo ao serviço do bem comum. Na execução desse mandato, atentos aos reais problemas do povo, a vossa atividade legislativa se tem marcado por uma série de leis e medidas inspiradas nos superiores interesses deste grande Estado.

Vossa sensibilidade política acaba, aliás, de ser mais uma vez posta à prova, na recente crise que abalou o País. Interpretando os anseios do povo, sentindo quanto importa à dignidade da nossa vida pública o respeito às decisões do voto popular, assumistes atitude desassombrada e viril em defesa das instituições livres que

nos regem. A consciência política do povo paulista encontrou nos seus representantes nesta Assembléia intérpretes verdadeiros dos seus sentimentos de fidelidade ao regime de liberdade e de responsabilidade, sob a égide da Constituição. Através de manifestações espontâneas e significativas em todo o País, manifestações apoiadas pelos seus delegados às assembleias populares, o povo brasileiro afirma a sua inabalável decisão de manter e defender as instituições democráticas, que constituem a maior garantia das liberdades que prezamos e que não queremos perder.

O papel desta Assembléia, nesse momento crítico da vida nacional, foi, sem dúvida, de alto valor no curso dos acontecimentos. A Assembléia Legislativa de São Paulo sentiu perfeitamente a gravidade da hora que se vivia. Suas portas se abriram para todos aqueles que procuravam um recinto, uma fortaleza em que a causa da legalidade se abrigasse. A Assembléia se ergueu coesa, unânime, a favor da Constituição e do sistema democrático de vida que a Lei Magna nos assegura. Todos os deputados desta Assembléia tiveram a noção clara da responsabilidade que lhes cabia na defesa e no exercício das liberdades democráticas.

É motivo de regozijo cívico proclamar que os nobres representantes do bravo povo de São Paulo estiveram à altura de uma situação de excepcional gravidade para os destinos da democracia em nosso país. Sem dúvida alguma, as forças políticas sentiram que elas tinham o apoio do povo, interessado, acima de tudo, num sistema de governo que possua na Constituição a sua couraça, a sua força e os seus limites.

De modo muito especial, quero referir-me ao apoio decisivo de tôdas as classes sociais e especialmente dos trabalhadores nessa histórica manifestação em prol das instituições e das liberdades democráticas. Os trabalhadores de São Paulo, como os de todo o Brasil, colocaram-se desde logo na vanguarda do movimento que, empolgando o País, trouxe finalmente a crise política a um desfecho consentâneo com os sentimentos de paz e fraternidade entre os brasileiros.

A posição do povo revelou que, pelo caminho da lei e da democracia, êle saberá lutar pela vitória das suas justas reivindicações.

São exatamente êsses sentimentos de paz social, de fraternidade, que todos somos agora chamados a preservar. Está na consciência de todos que o Brasil se lançou decisivamente à solução das questões fundamentais do seu desenvolvimento. Está igualmente na consciência de todos que o encaminhamento e a solução dos nossos problemas de base demandam paz política e social, além de capacidade de visão, não só dos governantes, como de quem quer que tenha alguma parcela de responsabilidade nos destinos da Pátria. Sabemos que o Brasil precisa contar consigo mesmo, antes de tudo e acima de tudo, para vencer o subdesenvolvimento e atingir níveis de vida compatíveis com a sua riqueza e a dignidade do homem.

A paz política, que precisamos manter e consolidar, constitui, de início, a condição para que a paz fundada na justiça social mostre sua face a todos os brasileiros. A pobreza das populações rurais, as reivindicações dos trabalhadores urbanos, a carestia da vida, a defeituosa estruturação das relações econômicas e sociais, o combate, enfim, ao subdesenvolvimento, constituem, entre tantos outros, problemas da maior gravidade, que exigem providências imediatas.

A paz política deve servir à causa da paz social, à causa do progresso e da melhoria das condições de vida da população. São Paulo constitui exemplo edificante da capacidade do povo brasileiro na luta contra o atraso e na construção de uma civilização. Seguindo o exemplo de São Paulo, o nosso país necessita de um esforço nacional, liderado por um pensamento organizador que se expressará na ação do Estado, na ação dos homens de empresa e na ação dos trabalhadores, através dos seus sindicatos.

Isto é o que nos ensina a experiência que estamos vivendo. A luta contra o subdesenvolvimento, contra a pobreza, contra os baixos índices de produtividade, pela organização da sociedade nacional em bases racionais e modernas, é a luta comum a todos os brasileiros, é a luta para a qual o País inteiro se acha convocado pela consciência, cada vez mais lúcida, que êle possui, do seu próprio destino.

Renovo a esta ilustre Assembléia e a cada um dos dignos representantes do bravo povo paulista, que constituem e engrandecem esta Casa, os meus agradecimentos pela calorosa acolhida com que aqui fui recebido e pela manifestação de apoio e incentivo ao cumprimento dos meus deveres constitucionais.

São Paulo, 29 de setembro de 1961.

*Na Câmara Municipal de São Paulo,
ao receber o título de "Cidadão
Paulistano".*

Quero, antes de tudo, agradecer à ilustre Câmara Municipal de São Paulo a recepção com que, neste momento, me está honrando e o título que, em hora sombria, altivamente me concedeu de "Cidadão Paulistano". Recebo estas homenagens como a expressão cívica de uma grande metrópole, de uma das maiores metrópoles do nosso Continente, desta cidade de São Paulo, cujo crescimento vertiginoso assombra o mundo e constitui autêntico orgulho dos brasileiros.

Nesta capital, como aliás, no território paulista, brasileiros de todos os quadrantes se encontram, irmanados pelos mesmos ideais de fé cristã e fraternidade humana e unidos no propósito de construir a grandeza de São Paulo e do Brasil. Nesse propósito, é de justiça assinalar, também se congregam os filhos de outros países amigos, que para aqui vieram trazer-nos a ajuda do seu braço, do seu capital, das suas experiências e da sua técnica.

É essa comunidade poderosa, eficiente e alerta, que representa nesta Câmara de tão ilustres tradições na história do municipalismo brasileiro. Através da vossa atividade, aqui se formulam e se debatem problemas da mais alta relevância para a vida de milhões de habitantes de uma metrópole famosa pela sua indústria, pelo seu comércio, pelas suas instituições culturais, pelo conjunto de valores urbanos que caracterizam a civilização industrial do nosso tempo.

No seio da representação política desta capital, não poderiam deixar de repercutir, portanto, os acontecimentos que tão recente-

mente abalaram o País. Sentistes, desde logo, que não se tratava de defender pessoas, mas um sistema legal de vida representativa, que é o penhor das liberdades democráticas. Fostes, assim, fiéis ao espírito e à letra do vosso mandato, tomando posição insofismável a favor do sistema de legalidade democrática em que o processo da formação e substituição do poder se realiza nos termos da Carta Magna. Essa vossa atitude encontrou, em tôdas as camadas da população, ressonância e apoio extraordinários.

O exercício do sistema representativo concorreu, de modo decisivo, para o amadurecimento político do povo, em cujo seio as suas parcelas mais atuantes e mais poderosas estiveram tão vigilantes na defesa das instituições democráticas. A coesão da vossa atitude correspondeu à coesão do sentimento popular, e não conheço maior elogio à vossa posição do que essa identidade entre a opinião pública e seus representantes.

Essa identidade é hoje mais do que nunca essencial à solução dos nossos problemas. Ela deve ser mantida em todos os planos da vida pública nacional. Só ela nos oferecerá as condições necessárias para enfrentarmos a luta pelo nosso progresso, pela superação das nossas deficiências e do nosso atraso. Essa luta processa-se em tôda linha, pois o País é um todo a ser organizado nos diversos departamentos da sua divisão política e administrativa. No Município, no Estado, na Federação, sentimos que o País tem um destino a realizar e, portanto, a sua grandeza geral resultará, também, da contribuição corajosa, eficiente e patriótica de cada uma das partes integrantes da vida nacional.

A situação em que o País se encontra está cheia de dificuldades. Assumi a Presidência da República em momento particularmente delicado. Tenho consciência das responsabilidades que pesam sobre os ombros dos que foram chamados a governar. Mas estou seguro de que, com a ajuda de Deus e a confiança do povo, tentaremos resolver os problemas básicos que a conjuntura apresenta, problemas que são verdadeiros desafios à capacidade dos dirigentes.

O exemplo de São Paulo, na vanguarda do progresso brasileiro, constitui estímulo de primeira grandeza ao esforço nacional que todo o Brasil está empreendendo para vencer as forças do

atraso. No exemplo de São Paulo, sua capital lidera um ímpeto de progresso, de industrialização e de cultura que admiramos e devemos seguir. A visão desta metrópole é uma visão otimista, de fé nos destinos do País.

Desejo, nestas palavras finais, render o tributo da minha admiração à grandeza da cidade de São Paulo, oficina em que aprendemos a confiar nos destinos do Brasil.

São Paulo, 1 de outubro de 1961.

Na inauguração da VI Bienal de São Paulo.

Declaro inaugurada a VI Bienal de São Paulo. Abre-se esta exposição de artes plásticas, que há dez anos vem projetando o Brasil na dimensão artística universal, em pleno clima de liberdade. A democracia traduz as formas mais belas da convivência humana, de que a arte é uma superior expressão. Ambas exigem, para florescer, o mesmo clima de liberdade. E para serem autênticas, não se podem desvincular da sua raiz comum: a vida do povo. É na fonte popular que uma e outra — a democracia e a arte — buscam a sua permanente seiva vital e renovadora.

Os políticos, assim como os artistas, quando lutam para preservar as conquistas democráticas e incorporar novos processos à vida social, estão sempre expressando os anseios que o povo, na sua inesgotável capacidade criadora, manifesta através dos seus sonhos e da sua vida. Devemos ser, portanto, políticos e artistas, intérpretes das emoções e das idéias que nascem e vivificam na comunidade.

A Bienal de São Paulo é o resultado da iniciativa particular, liderada por Francisco Matarazzo Sobrinho, que foi sensível à necessidade de dotar o País de um instrumento que o projetasse no cenário internacional das artes. Exercendo essa função em toda a sua plenitude, a Bienal de São Paulo oferece, ainda, com artistas nacionais, a possibilidade de um contato permanente e renovado com as experiências estéticas e com as manifestações artísticas de outros povos. É evidente que êsse confronto de experiências e de resultados proporcionam, aos artistas e ao povo, critério mais apurado para a compreensão e o intercâmbio dos valores culturais do passado e da atualidade.

O poder público não tem sido insensível ao esforço empreendido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo: antes prestigiou-o e continua a prestigiá-lo de várias formas, como é do seu dever.

Nesta VI Bienal tomam parte 51 países. Eleva-se a centenas o número de expositores, dos quais 147 são brasileiros. A presença das artes gráficas, nesta exposição, sugere, de modo especial, a importância do problema do livro, básico para a Nação, pois é o instrumento indispensável da cultura e de sua difusão.

A VI Bienal espelha uma posição cultural de extrema importância para a crítica e o desenvolvimento das artes plásticas. O seu florescimento em São Paulo significa, por outro lado, a existência, neste Estado, de condições materiais e culturais capazes de sustentar, pelos padrões que já atingiu, realização de tal magnitude.

São Paulo, das fábricas, dos arranha-céus, do café, das iniciativas pioneiras em todos os campos da atividade humana, cristaliza-se, através do Museu de Arte de São Paulo, do Museu de Arte Moderna e da Bienal, em centro artístico e cultural de elevada expressão, demonstrando a sua pujança e contribuindo para fixar as características da fisionomia nacional, na inquietação universal da hora presente.

Congratulo-me com o Museu de Arte Moderna de São Paulo, com os seus ilustres diretores e com o povo paulista e brasileiro, pelo acontecimento tão significativo desta inauguração, que tenho a honra de presidir.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1961.

*Na sede da revista "O Cruzeiro",
ao ser homenageado pelos "Diários
Associados".*

Compareço a esta festa, de confraternização da inteligência, do trabalho e da cultura nacional, para, mais uma vez, manifestar publicamente minha maior admiração pelas atividades da imprensa brasileira, de que a revista "O Cruzeiro" é uma expressão das mais altas e legítimas.

A contribuição da nossa imprensa na mobilização da opinião pública pela defesa dos postulados constitucionais tem sido uma lição constante de patriotismo, uma página de honra das nossas melhores tradições democráticas. Os acontecimentos recentes, que abalaram o País, revelaram que no plano político já atingimos elevado grau de maturidade, do qual as provas mais evidentes foram a espontânea resistência popular na salvaguarda das liberdades públicas e a solução pacífica da grave crise.

Bem posso avaliar o quanto representa, neste processo da nossa evolução democrática, a participação da imprensa falada e escrita, verdadeiro fóro universitário ao alcance do povo. Creio, entretanto, necessário reiterar que a tão alto nível de educação política do povo brasileiro devem corresponder, em benefício da harmonia nacional, novas e imediatas conquistas na marcha do desenvolvimento econômico do País e, principalmente, no campo da justiça social. Até os mais descrentes estão hoje convencidos de que é possível e necessária a mobilização de uma grande força popular e democrática em apoio às soluções justas para os grandes problemas nacionais.

Nosso país está enfrentando graves questões de crescimento e organização, que constituem verdadeiros desafios à competência e à capacidade administrativa do Governo. São questões que dizem respeito às próprias bases da vida brasileira, à estruturação das nossas forças produtivas, em termos que permitam alcançar-se o nível superior de uma economia moderna.

Essas questões preocupam, sem dúvida, a todos os que detêm uma parcela de responsabilidade no exercício do poder. Nascido das urnas livres e soberanas, o poder político deve necessariamente buscar nas exigências supremas do desenvolvimento nacional a inspiração dos seus atos. Nossa situação está indicando, a cada hora que passa, que não podemos comprometer com uma conduta hesitante o encaminhamento adequado e racional dos problemas fundamentais do País.

De minha parte, tudo tenho feito para cumprir o meu dever. Desde o primeiro instante da recente crise político-militar, sempre constituiu minha principal preocupação empreender todos os esforços em benefício da pacificação geral da família brasileira, mesmo que isto acarretasse até o sacrifício de um mandato que por duas vezes o povo diretamente me conferiu, inclusive no último pleito.

Assim, depois de seis anos de pleno exercício da Vice-Presidência da República, sem nenhuma contestação legal, não vacilei em aceitar uma fórmula que me foi apresentada sob a inspiração dos que nela desejavam encontrar, na fase aguda da crise, o denominador capaz de evitar que o País afundasse, ou corresse o risco de afundar-se, em uma guerra entre irmãos, suscetível até mesmo de constituir ameaça à nossa soberania, em meio às grandes dificuldades internacionais em que vivemos.

Com os olhos voltados para o Brasil, com o pensamento voltado para Deus, e certo de bem interpretar os sentimentos generosos do nosso povo, não me recusei a trilhar o caminho apontado como o do entendimento em benefício da paz para todos os brasileiros. Tudo estêve em minhas mãos para deflagrar um movimento de resistência legalista, em defesa da letra expressa e insofismável da Constituição. Qual foi, porém, a minha decisão? O Brasil inteiro é testemunha do meu procedimento. Contrariando manifestações de amplas camadas populares, contrariando a exal-

tação cívica de poderosos contingentes, civis e militares, marchei em busca da harmonia nacional.

Assumi o Governo da República para cumprir rigorosamente um mandato, embora em termos diferentes daquele que me fôra conferido pelo povo em eleições livres. Eu estava convencido, e ainda estou, de que minha atitude só poderia contribuir para a pacificação dos ânimos e para o prestígio internacional do nosso país. Agi de coração limpo, isento de qualquer sentimento inferior de despeito ou vaidade. Estou certo de que ofereci ao País a melhor contribuição que poderia dar aos meus irmãos brasileiros.

Assumindo o compromisso, nunca tive uma palavra de amargura; ao contrário, tudo tenho feito, em palavras e atos, para que o novo sistema político instituído no Brasil, votado com elevados objetivos de concórdia, não venha a sofrer qualquer desvirtuamento.

As possíveis deficiências na elaboração de uma emenda constitucional, votada com a urgência requerida por uma crise político-militar, num país que há 70 anos vivia sob o regime presidencialista, não podem ser a mim debitadas. Conheci a nova emenda quando cheguei a Brasília. No exterior, não tive oportunidade de examiná-la; se porventura contém contradições, se possui lacunas, se precisa ser melhorada, se é necessário ajustá-la à nossa realidade social, vamos, então, tratar de realizar essa tarefa.

Não é de admirar também que o povo não se mostre ainda familiarizado com o atual sistema, que veio a conhecer na madrugada do dia 3 de setembro último. Estarei sempre pronto a cooperar para que o sistema instituído se ajuste cada vez mais e melhor à realidade do País, e para que possa ser aplicado como instrumento eficiente na conquista das reivindicações populares.

As críticas e até as acusações, que me fazem, eu as recebo com a maior compreensão e não seriam neste momento objeto de qualquer referência se elas às vezes não ultrapassassem os propósitos de uma crítica objetiva e honesta, se também não partissem, como tem ocorrido, de empedernidos desajustados à realidade nacional.

O que estamos observando, desgrazadamente, é que aqueles que, ontem, procuravam contrariar os legítimos anseios de legalidade do povo, hoje insistem em não se conformar com a nova

ordem constitucional, e contra ela se manifestam em termos claramente subversivos. Transigimos, cedemos, e o fizemos com altivez patriótica e humildade cristã. Em troca, nas áreas batidas pelo inconformismo e pelas frustrações, conspira-se contra o interesse nacional.

São poucos, graças a Deus, em número e qualidade, e já marcados pelo povo. Mal o Governo pôde instalar-se e eles já tentam golpeá-lo. Quanto mais o Brasil exige paz e tranqüilidade para solução de seus problemas fundamentais, mais eles, sempre os mesmos, se desesperam para semear, através da intriga e da conspiração, a intranqüilidade e a desordem.

Quando classes produtoras e classes trabalhadoras de todo o País, num alto espírito de compreensão, oferecem a sua colaboração para que o novo Governo possa iniciar uma ação de congraçamento indispensável às reformas básicas desejadas pelo povo, os inconformados de variados matizes lançam-se à obra impatriótica da divisão, como método; do ódio, como instrumento; do golpe, como objetivo.

Enganam-se porque não conhecem o povo e não percebem o amadurecimento político que ele já atingiu nos últimos anos, no aprendizado do sofrimento e das manobras de seus inimigos. Conseguissem os conspiradores lançar o Brasil na chama da desordem, e seriam eles os primeiros tragados pela fúria do incêndio que ateassem. Se, porém, teimarem em seus intuits, muito cedo deverão prestar contas à vontade firme do povo, guiado pela sua vocação democrática.

Como Chefe da Nação, dirijo-me veementemente a todos os brasileiros, lançando-lhes um apêlo à compreensão e à concórdia, em defesa da legalidade. Dirijo-me, também, ao povo e especialmente aos trabalhadores de tôdas as categorias, aos estudantes e intelectuais, às classes produtoras, a tôdas as forças vivas da Nação, para que se mantenham alerta e vigilantes, contra quaisquer pruridos golpistas, partam de onde partirem, pois o País necessita de paz para se desenvolver, e a segurança da família brasileira não pode ficar exposta à sanha de inimigos da ordem e da lei. Confie-mos no patriotismo das Forças Armadas e da maioria esmagadora

dos brasileiros, que sabem que somente no clima da paz poderemos conduzir o País ao destino que todos almejamos.

Quero repetir o que há poucos dias disse ao povo paulista: "De nada adiantará a paz política se ela não servir de base à paz social". Por essa paz é a nossa grande batalha, para a qual todos os brasileiros estão convocados. Com a paz política e a paz social aperfeiçoaremos e consolidaremos a democracia no País. As reformas de base, que estão sendo reclamadas nas praças públicas e nas entidades de classe, impõem aos brasileiros espírito aberto às transformações necessárias, através de uma decidida e consciente colaboração.

Na verdade, de nada adiantam as formas abstratas ou as palavras de simples adulação popular, se não encontrarmos as soluções para os problemas básicos da nacionalidade.

Considerando a difícil situação em que vivem as classes assalariadas e a elevação vertiginosa do custo de vida verificada neste último ano, o Governo, depois de auscultar o pensamento de empregados e patrões, acaba de fixar novos níveis para os salários-mínimos, em todo o País. Determinou ainda o Governo providências imediatas destinadas à contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a fim de que possam ser mantidos os valores reais dos novos salários decretados.

São medidas de emergência, reclamadas pelas dificuldades que assoberbam o povo. Deverão completar-se com medidas de profundidade, a se consubstanciarem nas reformas de base, único meio de elevar-se, em definitivo, o padrão de vida do povo. É indispensável, porém, que se compreenda — no plano da cooperação que estamos solicitando de tôdas as classes sociais — que os novos salários não devem servir de pretexto a aumentos injustificáveis e intoleráveis.

Reafirmo o meu propósito de leal colaboração ao novo sistema de governo e de integral apoio ao Gabinete, constituído de homens de elevado patriotismo, de larga fôlha de serviços ao País, chefiado pelo meu eminente amigo o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, cidadão de acendrado patriotismo e de experiência política e administrativa.

Não abrigo outras aspirações políticas, pois, cedo ainda, confiou-me o destino a tarefa histórica, em uma encruzilhada difícil, de trazer a minha contribuição à paz social, dentro da legalidade democrática. Alimento, sim, uma aspiração: ser digno dessa incomparável missão e cumprir sem vacilações o meu dever. Nada mais quero, a nada mais aspiro, na vida pública. Este propósito honesto e sincero, longe de me desvincular das minhas origens e de negar o apoio que sempre recebi do povo, mais ainda me liga aos humildes do meu país.

Tenho com o povo brasileiro compromissos a que não faltarei. Foi ao calor dos sentimentos populares, no contato com os trabalhadores e suas reivindicações, que construí tôda a minha vida pública. Espero em Deus que não me faltarão fôrças para manter essa velha lealdade aos que, com o seu trabalho, operários e homens de empresa, estão na vanguarda do desenvolvimento brasileiro, na conquista da emancipação econômica do nosso país.

Há poucos dias ouvi, das representações mais legítimas das classes produtoras de São Paulo, a reafirmação dos propósitos com que elas se dispõem a colaborar em um programa de paz e de justiça social. A realização dêsse programa, na verdade, depende fundamentalmente do esforço e da compreensão dos que exercem as atividades produtivas do País, seja como empregados, seja como empregadores.

Ao agradecer aos que me proporcionaram êste convívio amável, com representações e personalidades tão marcantes em diversos setores da vida nacional, e ao proclamar a minha satisfação em encontrar-me entre os responsáveis por esta grande empresa, dos mais categorizados aos mais modestos, não poderia deixar de enviar daqui a expressão da minha admiração ao grande chefe ausente, o criador desta organização, ao ilustre brasileiro Embaixador Assis Chateaubriand, homem afeito aos embates, mas que hoje pode sentir o conforto da simpatia e da amizade de todos, inclusive daqueles que dêle divergiram, mas agora reconhecem os assinalados serviços por êle prestados ao País.

Brasília, 18 de outubro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao receber, em audiência especial, uma comissão de senhoras, representantes de várias entidades nacionais.

Ouvi com profundo respeito e atenção as palavras contidas nos discursos pronunciados pelas dignas representantes de organizações de donas de casa de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, aqui presentes, e nos memoriais que me entregaram, com mais de 100 mil assinaturas, alusivos à situação difícil em que vivem as donas de casa, os trabalhadores e o povo em geral, em face da elevação do custo de vida no País.

Antes de tudo, devo agradecer — e o faço como Presidente da República — o papel extraordinário que foi desempenhado pela mulher brasileira quando dos últimos acontecimentos que culminaram com a crise político-militar que abalou o País.

A mulher brasileira foi, então, de uma bravura e de uma coragem que a História da nossa pátria saberá registrar. Portou-se com uma valentia extraordinária na luta pela defesa da legalidade, dessa mesma legalidade cujo clima lhe permite, como agora, vir democraticamente conversar com o Governo, para discutir os problemas que afligem a família brasileira.

Tem-nos preocupado imensamente a situação difícil em que vivem as classes pobres do País. Reconhecemos que o custo de vida, que se tem elevado de maneira alarmante nos últimos meses, constitui no momento um dos motivos de maior preocupação para o nosso povo e para os homens que têm responsabilidade na direção do País.

Há poucos dias, numa das reuniões do Conselho de Ministros, tendo-se em conta a gravidade do problema, foi criada uma comissão de alto nível, constituída por Ministros de Estado, para, com prioridade, tratar do assunto, considerado por todos nós como de capital importância para a vida brasileira, ou melhor, para a sobrevivência das nossas instituições democráticas. Essa comissão, de que fazem parte os Ministros da Agricultura, da Fazenda, da Viação e Obras Públicas e da Indústria e Comércio, tem como objetivo principal o exame da situação atual do custo de vida no País e a conseqüente determinação de providências rápidas e concretas visando à contenção do alto custo de vida, que vem criando no seio do povo brasileiro novas fontes de sofrimento.

Nos memoriais, cuja leitura ouvi atentamente nesta honrosa visita, que recebo com agrado, de tão legítimas representantes das entidades que lutam pelo bem-estar nacional, encontro palavras de leal colaboração e as recebo como uma patriótica ajuda oferecida ao Governo recém-instalado depois de uma das crises mais violentas por que passou o organismo da Nação, depois dos dias tenebrosos que viveu a nossa pátria, durante os quais foram emitidos, em uma semana, 54 bilhões de cruzeiros. Como se sabe, essa emissão desordenada foi a causa principal do recente encarecimento do custo das utilidades.

Ouvi a leitura dos memoriais e, por tratarem êles de assuntos que vêm merecendo o melhor acatamento dos homens do Governo, prometo às dignas patrícias que ainda hoje os enviarei ao Conselho de Ministros, para que amanhã, em sua reunião semanal, possa o Gabinete, muito especialmente o seu ilustre Presidente, tomar contato direto com o pensamento das donas de casa, empenhadas em trazer ao poder público a sua contribuição na defesa dos interesses da família brasileira. Farei chegar ao Gabinete não sòmente os memoriais, mas tôdas as sugestões pessoais que me foram apresentadas pelas mulheres da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e pela mulher "candango" de Brasília, que vem sofrendo, além do tremendo impacto do alto custo de vida, as conseqüências de outro problema que tanto preocupa os dirigentes da nova Capital da República — o desemprego, a falta de pão e de trabalho para milhares de famílias que aqui vivem cheias de esperança,

com os olhos voltados para os destinos da pátria comum, ansiosas de contribuir para a construção da grande cidade brasileira.

Estejais tôdas vós certas de que, da minha parte, não faltará a colaboração para que as providências necessárias sejam tomadas. Não só encaminharei os memoriais ao Gabinete. Dentro das atribuições que me cabem, tudo farei para que sejam transformadas em medidas concretas, em leis ou em providências, as aspirações que trazem ao Govêrno as mulheres brasileiras, essas incansáveis donas de casa, que são as que mais sentem e melhor compreendem a situação difícil que ora atravessa o País, porque são as que sofrem diretamente os rigores da miséria e das dificuldades ao fim de cada mês, quando os orçamentos domésticos não mais suportam a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Agradeço sensibilizado as palavras de colaboração e de apoio das senhoras brasileiras que hoje me visitam na Capital da República. A colaboração que me trazem é fruto de uma experiência sofrida todos os dias em contato com a realidade, e o Govêrno dela necessita. É preciso que as donas de casa do Brasil, especialmente as que se organizam em entidades de classe, se mantenham sempre vigilantes, não sòmente na defesa do regime democrático em que vivemos e que nos permite conversar, de igual para igual, povo e Govêrno, como também na permanente vigilância contra aquelas forças e aquêles grupos a que se referem os memoriais, contra os açambarcadores de toda espécie, os exploradores que insistem em continuar enriquecendo à custa do empobrecimento da Pátria e da miséria do povo. Tenho a certeza de que a mobilização da mulher brasileira há de contribuir decisivamente para que o patriotismo dos homens que compõem o Congresso Nacional e o Conselho de Ministros transporte para a realidade as medidas solicitadas pelas entidades aqui representadas.

Estou certo de que o Parlamento transformará brevemente em realidade as justas aspirações do povo, quais sejam aquelas que dizem respeito ao acesso à terra dos agricultores que a regam com seu suor e seu sacrifício; as legítimas reivindicações das donas de casa, das populações pobres, que não podem permitir que se continue a assistir sem protesto à sangria da nossa economia através da evasão de divisas para o exterior, quando o povo aqui

vive na miséria e no sacrifício. Tenho a certeza, também, de que a prorrogação da Lei do Inquilinato é outra medida que se impõe e que contará com a boa vontade de todos os representantes do povo no Parlamento, que hão de sentir nas ruas o que sentem as donas de casa dentro dos seus lares, isto é, a preocupação e a angústia diante dos problemas cotidianos.

Entendo que não se deve apenas prorrogar a Lei do Inquilinato, atingindo os que já alugam prédios nas grandes cidades. É necessário que também se regulamente em termos definitivos a situação de milhares de apartamentos e de casas que se constroem em São Paulo e no Rio e que não podem ser alugados em razão de o povo não lhes suportar os preços dos aluguéis. Na regulamentação desses preços o legislador deve tomar por base o custo real por metro quadrado da construção. De outra forma o povo não poderá ter acesso a esses milhares de apartamentos que se levantam nas grandes cidades brasileiras e estão vazios porque a ganância dos seus proprietários não encontra as barreiras da lei e da repressão do Estado.

Encaminharei também, com a maior satisfação, as providências que se referem ao amparo que o Governo deve dar à criança brasileira, especialmente a que recebe o ensino primário.

Devo terminar, mas, antes de fazê-lo, quero agradecer a todas vós, que aqui viestes com a vossa contribuição para o bem-estar da coletividade nacional, pelo vosso esforço em aqui virdes, vencendo dificuldades, pois durante mais de 30 horas viajastes para este encontro, com o patriótico objetivo de entregar-me a mensagem de confiança na ação do Governo, indicando-lhe ao mesmo tempo medidas através de cuja concretização possa o poder público ir ao encontro dos anseios da mulher brasileira, anseios que são iguais aos de todos os homens deste País que lutam pelo seu engrandecimento. A todas vós apresento o testemunho da minha gratidão e a certeza de que não pouparei esforços para, com a ajuda de Deus e a colaboração das entidades que representais, fazer tudo quanto nos fôr possível no sentido de diminuir a distância que separa o Brasil da sua emancipação econômica e da sua redenção.

Quero ainda dizer às mulheres brasileiras, e às entidades de classe que as representam, que tôda vez que sintam os problemas invadirem os seus lares, tôda vez que considerem chegado o momento de trazer ao Govêrno a sua colaboração, façam-no livremente. Por isso mesmo, desde êste momento, estão convidadas pelo Presidente da República a manter um constante entendimento com o poder público na luta contra as fôrças poderosas que, opondo-se ao Govêrno, estão também se opondo a todos os brasileiros.

Belém, 25 de outubro de 1961.

*Discurso inaugurando mais uma
unidade termelétrica da usina de
Belém.*

Na oportunidade desta primeira visita ao Pará depois de minha investidura na Presidência da República, quero dirigir uma mensagem de fé e de agradecimento a toda a região amazônica. Mensagem de fé nos destinos da região, pela confiança que nos inspiram a coragem e o trabalho de seus habitantes no esforço para ocupar e incorporar ao sistema econômico nacional tão imensa vastidão e de tantos recursos, muitos dos quais ainda não explorados nem mesmo suficientemente conhecidos.

A epopéia amazônica testemunha, antes de tudo, o valor e a tenacidade do homem brasileiro. No coração da selva fundamos cidades que são centros de civilização e de cultura.

Fixamos uma população que, desde os primeiros tempos, nos assegurou com a conquista a posse efetiva e permanente da terra.

Na Amazônia, o brasileiro escreveu uma das páginas mais emocionantes de sua história nacional. E continua a escrevê-la, na luta sem tréguas com que ele vai dominando o meio físico, melhorando os elementos de sua valorização, através da acumulação dos recursos técnicos e culturais modernos.

A importância de estimular o progresso da Amazônia foi de modo particular sentida pela Constituinte de 1946, ao dispor, no artigo 199 da Carta Magna, que, na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Dêsse modo, reconhecia-se no próprio texto do Estatuto Básico, e através de justa atribuição de importante parcela de sua renda tributária, o sentido nacional da valorização da grande região em que possuímos uma das maiores reservas de recursos naturais, não só do País como do mundo.

Em consequência dessa orientação nacional, o equacionamento dos problemas da Amazônia passou a constituir o alvo das atividades da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.). Ao lado das soluções de longo alcance, certas soluções de emergência tiveram de ser enfrentadas. Mas o essencial é o planejamento total, que deverá incidir — de preferência em setores vitais da infra-estrutura, como energia e transportes — através da seção conjugada dos governos estaduais e do governo federal.

A mensagem de fê nos destinos da Amazônia, dessa Amazônia que fizemos brasileira com o sangue e o trabalho prodigioso de gerações de nossos patrícios, essa mensagem cada dia se revigora ao reconhecimento dos frutos e dos resultados da ação pioneira e organizadora aqui desenvolvida. De fato. Nesta região, como em todo o território pátrio, um decidido, intenso esforço se assinala na obra de desenvolvimento realizada.

É indispensável que essa obra se alimente de um espírito objetivo na conquista de suas metas. Sem dúvida alguma, o governo da União a ela continuará dedicando a atenção e os recursos necessários à continuidade da ação valorizadora e pioneira, já concretizada em várias iniciativas do mais importante alcance social e econômico.

A valorização da Amazônia há de ser, acima de tudo, a valorização do homem que nessa região exerce suas atividades. A obra da valorização terá de ligar-se primordialmente ao bem-estar do povo, à sua saúde, à sua educação, às suas condições de trabalho.

O povo trabalhador da Amazônia exige dos seus dirigentes políticos e administrativos uma ação social profunda, de que devem ser instrumentos os serviços públicos que aqui funcionam. A valorização da Amazônia ou significará conquista a mais altos níveis.

de vida para o povo, para a massa da população, ou terá falhado ao seu mais fundamental objetivo.

A inauguração de mais uma unidade da usina termelétrica de Belém comprova que a missão de organizar a economia desta região continua vencendo suas etapas. Felizmente essas etapas estão formuladas no plano de eletrificação do Estado do Pará, dentro do qual o sistema elétrico de Belém e da Zona Bragantina atingirá 64 000 kw. O plano de eletrificação estadual constituirá elemento básico para que o Pará possa lutar contra as suas condições de subdesenvolvimento. Essas condições materializam-se em atividades extrativas muito dispersas, numa agricultura limitada a poucos produtos, de tal maneira que a própria produção de subsistência se mostra abaixo das necessidades do consumo rotineiro.

A eletrificação proporcionará meios para a industrialização, e esta, por sua vez, criará oportunidade de trabalho para as concentrações urbanas, até agora sujeitas a regime crônico de subemprego.

A orientação da política regional de investimentos terá, assim, de refletir as prioridades da própria obra da valorização que se processa e na qual o povo da Amazônia deposita suas esperanças. Precisamos não decepcionar o povo. Peçamos a ele o que fôr necessário para essa cruzada da redenção social e econômica. Porém, não o decepcionemos, pois isto seria escarnecer de seus próprios sofrimentos.

Falarei agora, finalmente, da mensagem de agradecimento. Esse agradecimento se dirige ao povo, aos operários, aos estudantes, aos sindicatos, às Assembléias Legislativas, às autoridades que, na última crise político-militar, com tanta decisão se colocaram a favor da legalidade democrática e contra manobras golpistas que visavam a interromper a normalidade da vida constitucional.

Essa atitude cívica, que foi a do Brasil democrático, inteiro, que foi a de suas Forças Armadas, permitiu que o País não corresse os riscos de uma tormenta política de desfecho imprevisível. Hoje, é necessária uma colaboração nacional, para que vençamos os momentos difíceis, tanto do ponto de vista social como financeiro, por que o País está passando. Do ponto de vista social, preocupa-nos de modo imediato, como a todo governo, a carestia da vida. Temos de encontrar medidas para deter a carestia e, nesse

sentido, o Conselho de Ministros estuda, com prioridade absoluta, providências que não tardarão a ser postas em prática. Lanço daqui um apêlo à colaboração do povo, das forças produtoras, dos industriais, dos operários, dos estudantes, para que ajudem o País a vencer as dificuldades do momento. O Brasil não falhará ao seu destino. Bem o sinto daqui, dêste palco majestoso da Amazônia, terra brasileira, composta por brasileiros, povoada por brasileiros e cuja redenção social e econômica depende, antes de tudo, de nossa vontade e de nosso trabalho.

Belém, 25 de outubro de 1961.

*Na Câmara Municipal, ao receber
o título de "Cidadão de Belém".*

Não posso calar a satisfação com que compareço a esta Câmara, para receber o título de "Cidadão de Belém", pela generosidade da vossa iniciativa. Reconhecido à honra que me conferis, sei que através dela, em hora crítica da vida nacional, quisestes, Senhores Vereadores, antes de tudo, destacar na minha pessoa o que nela se encarnava de defesa dos postulados democráticos.

Lembro-me bem das circunstâncias em que recebi a comunicação dêste título, que hoje me é entregue pelo honrado Presidente desta Casa. Estava longe do Brasil, na França, regressando de missão oficial, quando tomei conhecimento, por telegrama, da decisão da Câmara Municipal de Belém. Naquela hora, em que os jornais de todo o mundo, nas suas primeiras páginas, falavam da grave crise que dominava o nosso país; quando nós, brasileiros que lá estávamos, líamos entristecidos os manifestos antidemocráticos de grupos reacionários que até mesmo nos proibiam de pisar o solo pátrio — exatamente naquele instante dramático, recebia eu a notícia de que a Câmara de Belém me havia conferido o título de cidadão desta terra. Tem para mim, portanto, uma significação tôda especial o título que agora recebo.

Naquele momento, mais do que a mim, quis a Câmara Municipal de Belém homenagear a causa da legalidade democrática, a causa que se abrigava no coração de todos os brasileiros. Quis esta Casa, com o seu gesto altivo, manifestar veemente protesto contra facções de brasileiros que não representam o sentimento da opinião pública, e que pretendiam derrubar as nossas instituições e implantar um regime ditatorial no País. Agradeço, pois, com

profunda emoção, a homenagem desta Câmara, que, ao votar aquêlê título, disse não ao golpismo e sim à continuidade do regime democrático.

Fiel aos postulados da democracia, a vossa Câmara, Senhores Vereadores, tomou a posição constitucional certa na grave crise que se abateu sôbre o País. Ela interpretou o sentimento da brava população desta capital, o sentimento de todos os grandes centros culturais e industriais da nossa pátria.

Ao receber o título que procurarei honrar por tôda a minha vida, presto também uma homenagem a todos os Senhores Vereadores, a todos os partidos políticos aqui representados, pois sei que, mais do que as legendas ou as colorações partidárias, ocupam os vossos pensamentos os superiores interesses desta cidade e dos 400 mil brasileiros que aqui lutam pelo engrandecimento do País. Importantes problemas fazem parte das vossas preocupações e, entre êstes, poderíamos salientar o serviço de água e esgotos de Belém, que precisa ser concluído com a urgência exigida pelo povo, principalmente porque mais da metade da população local ainda se vê privada de distribuição regular de água. Problema básico, também, é o do incentivo à canalização de recursos para a industrialização, na capital e no interior do Estado, dos produtos da pesca, da madeira, da juta, da borracha, de sementes oleaginosas e de outros da região. Não se justifica que o Pará seja eternamente um exportador de matérias-primas, produzidas com tanto sacrifício, e um importador permanente dêsses mesmos produtos, industrializados em outras regiões. É necessário que o Estado se industrialize, criando-se aqui novas riquezas, não só para dar oportunidade aos que desejam trabalhar e melhores salários aos que já trabalham, mas também para, através dêsse processo, elevar as condições de vida de tôda a população.

Sei também, Senhores Vereadores, como são sentidas nesta Câmara as dificuldades e as angústias do povo, especialmente em face da elevação constante do custo de vida. Êste é o mais sério problema nacional que temos a enfrentar — o que mais preocupa o povo — e, por isso, tudo faremos para resolvê-lo com a urgência necessária, já que pode levar-nos a conseqüências imprevisíveis, porque todos sabemos que as medidas apenas de superfície não

atenderão aos reclamos mais sentidos das populações. O Govêrno, sobretudo o Conselho de Ministros, através de providências a curto prazo, está procurando melhorar essa situação. Mas as medidas reclamadas pelo povo nas praças públicas, reclamadas pelos sindicatos nas suas sedes, reclamadas pelas donas de casa nos seus lares — estas são medidas de profundidade, que atinjam a estrutura básica do País, para, através delas, proporcionarmos melhores condições de vida aos brasileiros, com a participação de todos nas riquezas nacionais. Sòmente através de medidas corajosas poderemos tirar dos que têm muito, para entregar aos que nada têm, a fim de criarmos um clima de paz e tranqüilidade, tão indispensável ao desenvolvimento do País. E é preciso que as forças vivas da Nação compreendam a imperiosidade dessas reformas, em seu próprio benefício.

Dirigindo-me aos Vereadores de Belém, conclamo-os a que se unam nessa luta cristã e patriótica por melhores dias para o nosso povo. Ainda há pouco, afirmava eu aos trabalhadores desta capital, ao me prestarem extraordinária manifestação, que com palavras ou com simples leis de superfície jamais poderemos resolver os graves problemas que nos afligem. É necessário que se tenha a coragem de dizer as coisas como realmente são, para se conseguirem reformas. É necessário que se votem leis de profundidade, pois sabem os homens ilustres do Pará, sabem os intelectuais, os estudantes e os trabalhadores que de nada adianta falarmos em reforma agrária, por exemplo, se não iniciarmos a nossa luta pela reforma da Constituição. E se o Parlamento brasileiro, com o seu alto patriotismo, pôde, em momento difícil do País, modificar a Carta Magna para resolver uma crise política, poderá também, a qualquer momento, modificá-la novamente, para evitar uma crise ainda mais grave, que é a crise social em que vive o povo brasileiro, que é a crise da fome ou a crise do mal-estar nos lares pobres, e que poderá transformar-se num movimento revolucionário muito mais perigoso do que o movimento que há pouco ameaçou o Brasil.

É, portanto, com esta franqueza que presto a minha homenagem aos Vereadores desta Casa, e é assim que me sinto no dever

de falar ao povo do Pará. Renovando os meus agradecimentos a esta plêiade de autênticos representantes do povo, peço a Deus que nos ajude e que Nossa Senhora de Nazaré nos inspire, para que possamos ser dignos da confiança desta Câmara e dignos do sofrimento e da bravura do povo brasileiro, que muito tem que exigir de todos os homens responsáveis pelos destinos desta pátria.

Belém, 25 de outubro de 1961.

*Discurso saudando o Governador do
Pará.*

Excelentíssimo Senhor Governador:

Sejam minhas primeiras palavras de agradecimento a Vossa Excelência pelas homenagens com que me tem cumulado nesta minha estada em Belém. Não posso calar a satisfação de reconhecer em Vossa Excelência um governante jovem, preocupado com os problemas de seu Estado e cuja administração trabalha para encaminhar soluções que, de emergência ou a longo prazo, visam a atender as exigências do desenvolvimento do Pará.

Ainda hoje, pela manhã, tivemos oportunidade de inaugurar mais uma unidade na usina termelétrica de Belém, elo de um plano de eletrificação que representará um dos elementos de libertação econômica e social desta grande terra.

Sei que o Estado do Pará terá de vencer duras etapas na obra do desenvolvimento de seus recursos. Esses recursos, tão abundantes na vastidão de seu território, necessitam da valorização que só o equipamento moderno de trabalho pode oferecer. É exatamente esta a orientação que vejo impressa no esforço da administração do Estado, ora entregue à sua clarividência, Senhor Governador.

Na conformidade do que a experiência já ensinou, temos de conjugar esforços para enfrentar os problemas do Pará, que são problemas da própria Amazônia. Nesse sentido, a União, o Estado, o Município, não podem dispersar elementos e recursos que, reunidos, significarão muito mais, renderão muito mais do que isolados ou, ainda, paralelos.

A conjugação de recursos e a planificação dos investimentos representam requisitos essenciais para um rendimento satisfatório dos serviços e obras em curso, ou das iniciativas a serem tomadas.

A União não fugirá a seu dever para com a Amazônia, não só por força da letra da Constituição, como, antes de tudo, por força do espírito nacional que une e cimenta nossa unidade indestrutível.

Posso anunciar, Senhor Governador, que, antes de partir, deliberei com o Ministro da Fazenda a liberação de substancial auxílio financeiro ao governo do Estado. Dentro desse esquema de colaboração fraternal, novas disponibilidades serão entregues ao Estado, para que a administração prossiga e conclua obras indispensáveis ao programa de recuperação em andamento.

Tive igualmente a grata satisfação de promulgar a lei que concede o crédito de cinco bilhões para a Estrada Belém—Brasília. Empreendimento pioneiro do mais largo alcance político e econômico, sentimos que essa estrada nos liga por um laço novo e efetivo à vida, às aspirações, ao progresso da Amazônia.

Senhor Governador: agradecendo mais uma vez as homenagens, a cordialidade, a espontaneidade com que fui recebido nesta capital, quero exprimir os votos que formulo pelos novos êxitos de sua administração. Desejo transmitir, na pessoa de Vossa Excelência, a todo povo do Pará a mensagem de confiança no futuro e na grandeza deste Estado.

Angra dos Reis (RJ), 27 de outubro de 1961.

Ao presidir a solenidade de lançamento do maior navio mercante construído à época no País.

Com o lançamento ao mar, nesta solenidade, do maior navio mercante até agora construído no Brasil, abrem-se novas e promissoras perspectivas à realização do programa governamental que tem por finalidade resolver, em definitivo, o grave problema dos transportes marítimos do País.

Nesta enseada histórica de Jacuacanga, teatro da fatalidade que arrastou ao sacrifício derradeiro o encouraçado "Aquidaban", ergue-se, hoje, magnífica e moderna oficina de trabalho, fruto do esforço empreendedor dos brasileiros e exemplo eloquente de boa cooperação com a técnica e o capital estrangeiros.

Em nosso país, o transporte marítimo e fluvial, por circunstâncias diversas, entre as quais avultam as provocadas pelas enormes perdas e os desgastes sofridos pela nossa frota mercante na última Grande Guerra, caiu em processo de desagregação, com prejuízos consideráveis para o progresso nacional. As deficiências da nossa Marinha Mercante têm sido de tal vulto que chegaram a se transformar em "ponto de estrangulamento" da vida econômica do País.

Instituído o Fundo de Renovação da Marinha Mercante, o Governo Federal encontrou finalmente o instrumento adequado para planejar e executar, em rigorosas bases técnicas, o renascimento da indústria de construção naval, pelo estímulo sistemático à iniciativa privada brasileira e estrangeira. No entanto, apesar dos apreciáveis resultados já alcançados, a arrecadação dos recursos financeiros destinados ao Fundo de Marinha Mercante está-se evidenciando cada vez mais insuficiente no atendimento às necessidades sempre crescentes do nosso progresso.

Em matéria de construção de navios, ainda estamos longe de acompanhar o ritmo de produção reclamado pelo desenvolvimento nacional. É necessária, portanto, uma reformulação também nesse setor da economia brasileira, a fim de que possamos alcançar os níveis mínimos indispensáveis.

O navio que hoje lançamos às águas ostenta, como um chamado constante e vigoroso à realização de novas iniciativas, o nome de Henrique Lage, o grande e inesquecível pioneiro da nossa navegação mercante.

Neste dia de festa, congratulo-me com os trabalhadores pelo resultado magnífico do seu esforço, prova evidente da sua invulgar capacidade em assimilar, com rapidez e real proveito, as mais avançadas técnicas industriais, para possibilitar ao País a formação de inestimável mão-de-obra especializada. Congratulo-me com os marítimos brasileiros, aos quais estou ligado por sólidos laços de velha amizade, pelo nôvo e eficiente instrumento de trabalho que em breve lhes será entregue. Congratulo-me, também, com os Estaleiros Verolme e, em particular, com o presidente dessa organização de renome internacional, o Sr. Cornelius Verolme, pela contribuição de elevado padrão técnico que estão proporcionando à indústria do meu país.

Majestoso, o "Henrique Lage" singrará os mares do mundo, para levar aos demais povos, sob o pavilhão auriverde, a mensagem viva e autêntica da nossa fé inquebrantável nos destinos do Brasil e do firme propósito da nossa gente em conquistar, pelo trabalho pacífico e tenaz, a independência econômica da Pátria brasileira.

Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1961.

*Em frente ao Palácio Piratini, ao
ser homenageado pelo povo, na pri-
meira visita ao Rio Grande do Sul,
como Presidente da República.*

Emocionado, agradeço a esta heróica cidade de Pôrto Alegre a extraordinária e calorosa manifestação que recebo nesta tarde memorável em que, pela primeira vez, graças à coragem do povo rio-grandense, aqui chego para falar aos meus conterrâneos como Presidente da República.

Agradeço a todo o povo pôrto-alegrense, a esta cidade já conhecida por todos os recantos do Brasil como a "Capital da Legalidade Democrática de nossa Pátria", a esta cidade que, nos momentos difíceis por que passou o Brasil, abriu as primeiras trincheiras para, ao lado do povo brasileiro, lutar contra o golpismo e a favor da lei, da ordem e da preservação das nossas instituições.

Ao rever o povo rio-grandense, passamos a acreditar mais e a ter mais fé no futuro do Brasil. Com êste povo bravo, com êste povo que, depois da luta em que se empenhou, dela saiu mais forte e mais unido, o Brasil poderá caminhar para as grandes reformas que estão sendo exigidas — as reformas de base que irão fortalecer a estrutura social e econômica do País, essa mesma estrutura e essa mesma reforma que ainda agora vejo recomendadas através dos cartazes modestos conduzidos pelos operários que estão aqui participando da festa de solidariedade ao seu Presidente, mas que de há muito estão gravadas na consciência do povo brasileiro.

Ainda há pouco afirmava o Governador do Rio Grande do Sul — êste jovem que soube portar-se como um grande líder nas horas incertas que viveu a nossa Pátria, colocando-se à frente dos

primeiros batalhões da legalidade que surgiram no Rio Grande — que nenhuma nação do mundo poderá construir a sua grandeza sobre a miséria do povo, sobre as dificuldades e o sacrifício das classes trabalhadoras.

Tem razão o Governador Leonel Brizola quando luta aqui no Estado, quando luta no Centro, no Norte e no Nordeste do País, conclamando o povo para que ajude a realizar as reformas de base pedidas pelos sindicatos nas suas assembléias, pedidas pelo povo em tôdas as ruas do Brasil. É necessário que todos saibam que essas reformas é que farão do Brasil uma nação forte e independente, permitindo que o nosso povo viva mais identificado com a democracia e com mais fé nos destinos da Pátria.

Ao agradecer esta manifestação de solidariedade que tanto me honra, esta homenagem que toca a minha sensibilidade — isto depois de ter sido impedido, por grupos de reação divorciados da lei, de desembarcar, quando vindo do exterior, em meu próprio país, depois dêsse ato sumamente arbitrário de impedimento ao humilde filho do Rio Grande duas vêzes eleito, de acôrdo com a Constituição, para substituir o Presidente da República nos seus impedimentos, de pisar o solo desta nação, que é tanto dêles quanto é minha —, ao agradecer a esta heróica cidade a homenagem que tributa ao Presidente da República, estou na convicção de que contarei com todos os que aqui vivem, com todos os que aqui trabalham pela grandeza da pátria comum, na hora em que o Govêrno nacional reclamar o seu apoio às medidas que algum dia serão levadas a cabo, visando à libertação do Brasil das garras que o escravizam e dificultam o seu desenvolvimento.

Mas a luta do povo de Pôrto Alegre, a luta do Governador Leonel Brizola, a luta, enfim, do Rio Grande do Sul e a minha renúncia a um direito que a Constituição me conferia não foram em vão, como em vão também não foi o sangue derramado por aquêlê brasileiro ilustre, aquêlê grande filho desta terra, que ainda vive em nossos corações, guiando os nossos passos, orientando-nos no bom combate pela redenção do Brasil — o imortal Presidente Getúlio Vargas. A nossa luta, Senhor Governador, a nossa luta, rio-grandenses, a nossa luta, operários e estudantes, não foi em

vão, pois aqui estamos, frente a frente, povo e Govêrno, respirando o ar da liberdade.

Respirando o ar puro da democracia e sob o império da lei, o povo criou aqui o clima necessário ao prosseguimento da nossa batalha, cristã e patriótica, por melhores dias para a nossa gente, por dias mais venturosos para as classes operárias. Êste clima foi conquistado, Senhor Governador Leonel Brizola, pela bravura do Rio Grande, pelo heroísmo dêste povo, pela valentia desta cidade, que se transformou num acampamento guerreiro em defesa da legalidade.

Rio-grandenses, pôrto-alegrenses, meus conterrâneos de todos os rincões do Estado, recebei a nossa gratidão por esta homenagem que a mim tributastes e ao eminente Presidente do Conselho de Ministros, nosso velho companheiro de lutas Tancredo Neves, que também serviu ao grande Presidente Vargas, e a certeza de que não trairemos a causa do povo brasileiro, de que não desertaremos da batalha pela emancipação econômica do Brasil, de que não recuaremos do campo de luta, a fim de que as reformas exigidas pelo povo possam transformar-se em realidade, de que não desistiremos nem nos enfraqueceremos nessa luta, que é hoje a luta de todo o povo brasileiro, por uma melhor distribuição da riqueza, por uma melhor participação do homem do trabalho, dos desafortunados e dos humildes em tudo que represente o bem-estar social.

Ficai certos, meus conterrâneos, de que prosseguiremos na luta "por uma ordem social mais justa em nosso país", conforme preconizava o saudoso e ilustre filho desta terra, que foi Alberto Pasqualini. Ficai certos de que continuaremos batalhando para que os que são muito ricos, nesta pátria, sejam menos ricos, para que os pobres sejam, por sua vez, menos miseráveis e para que o povo do Brasil possa viver com mais dignidade.

Muito obrigado, Rio Grande do Sul. Muito obrigado a êste povo que já deu tantos exemplos de amor e solidariedade a esta nação, muito obrigado a êste povo que, não tendo faltado ontem, não falta hoje e não faltará também amanhã quando fôr chamado a lutar pela emancipação econômica do Brasil.

Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1961.

*Na solenidade de encerramento do
II Congresso das Assembléias Legis-
lativas do Brasil.*

Senhores Deputados da Federação Brasileira:

É para mim um alto privilégio dirigir a palavra a Vossas Excelências, nesta brava cidade de Pôrto Alegre, trincheira avançada na dura batalha que o nosso povo vem sustentando para atingir a plena soberania econômica da Nação. Esta é a capital da legalidade democrática, galardão herôicamente conquistado neste outro combate em que as melhores fôrças do progresso do País estão empenhadas — o da consolidação das nossas instituições políticas e das conquistas sociais. Aqui drapeja hoje, firmemente plantada, a bandeira de um dos mais corajosos e mais belos movimentos que a nossa História já registrou.

Sim, foi daqui, de Pôrto Alegre, que nos acolhe com tão espontânea hospitalidade gaúcha, que partiu a palavra de ordem para um movimento que tornou possível êste empolgante encontro cívico, a cujo encerramento tenho a honra de comparecer, e que tão bem exprime a vocação democrática do nosso povo e o seu indestrutível sentimento de unidade nacional.

Na liderança dêsse movimento, de tão clara autenticidade popular, os gaúchos viram com justificado orgulho, ao lado do glorioso III Exército, a presença vibrante e inconfundível do Governador Leonel Brizola, líder que desde a primeira hora, desde o primeiro instante, compreendeu onde estava o seu dever de homem de Estado e não hesitou em cumpri-lo, pouco importando o preço que tivesse de pagar:

Senhores congressistas:

Permitam-me aproveitar êste momento e esta tribuna para dizer ao valoroso povo de Pôrto Alegre e do Rio Grande do Sul, que soube compreender, passados os primeiros momentos de quase incontrolável exaltação cívica, o meu gesto de desapêgo a um direito líquido e certo que me conferiu a Constituição, que nem o seu sacrifício nem a minha transigência foram em vão. Eis-nos a menos de três meses da mais grave crise político-militar que o País viveu, e, ao invés de ódios, de dissensões, de conflitos insanáveis, assistimos neste Congresso a uma autêntica assembléia da vida brasileira, em que a esperança e a fé num futuro mais alegre, mais tranqüilo e mais promissor para a Nação estão impressas nesta tomada de consciência que Vossas Excelências acabam de efetivar, ante os graves problemas que no Norte, no Nordeste, no Centro e no Sul formam a atual conjuntura brasileira. Bendita, pois, a hora em que dos quatro cantos do Rio Grande do Sul partiu a grande palavra de resistência democrática que, espalhando-se por todos os rincões da Pátria, anulou a conspiração dos eternos negatvistas e derrotistas, teimosos em atrelar o Brasil aos grilhões do colonialismo e da espoliação social.

Um povo, meus senhores, capaz de vencer, ainda mais forte e unido, uma crise tão profunda como a que acabamos de transpor, é um povo que confia em si mesmo, que olha para a frente sem temor, que se prepara para as lutas que o esperam, com a segura convicção de que a sua causa é invencível, porque é a da Justiça. É, pois, com redobradas esperanças, senhores congressistas, que saúdo Vossas Excelências neste encontro histórico, onde se congrega democraticamente a própria Nação brasileira, pelas suas representações estaduais mais autênticas.

Ao recordar, na terra de Getúlio Vargas, o sacrifício do grande líder, desejo ressaltar que o povo do Rio Grande soube ser fiel ao sangue por êle derramado, abrindo, assim, novas e largas sendas, para que a Nação brasileira alcance mais rapidamente as últimas e decisivas etapas da completa emancipação econômica e do progresso social.

Libertos da guerra civil, que — na situação nacional em que vivíamos e na atual conjuntura internacional — nos poderia arras-

tar às mais graves conseqüências e até mesmo propiciar atentados à nossa soberania, conseguimos que o País, tendo chegado a viver o clima irrespirável dos prenúncios da ditadura, emergisse à tranqüilidade da ordem legal. Na verdade, mais importante do que a aferição dos novos poderes presidenciais, ou a análise do novo sistema, é a certeza de que estamos hoje sob o império da lei, da ordem e do respeito integral às liberdades públicas, caminho único para uma ordem social mais justa e mais consentânea com a realidade contemporânea.

Militante de um partido democrático, enraizado nas aspirações de justiça social das camadas mais desprotegidas de nossas populações, reservei-me o destino a tarefa onerosa de assumir a chefia da Nação, depois de uma reformulação constitucional em que ela passou a representar uma parte, apenas, da chefia do Governo do País. Acedi, entretanto, a estas condições novas, tão diversas daquelas com que tinha o legítimo direito originário de contar, sem qualquer prevenção, pois as circunstâncias invocadas como seu fundamento exigiam de mim esta transigência, pelo bem do Brasil e pelo dever indeclinável de preservar a paz interna. Este objetivo, apesar da insistência antipatriótica de inexpressivos focos de golpismo, foi plenamente alcançado.

Não tenhamos, porém, senhores congressistas, maiores ilusões: a paz interna continuará exposta a intermitentes ameaças de aventurismos, se não concentrarmos todos os nossos esforços para que melhores se tornem as condições de vida do povo brasileiro, para que sejam cada vez mais reduzidos os tremendos desníveis que separam sempre, e cada vez mais perigosamente, a imensa maioria do nosso povo de uns poucos grupos privilegiados. Os exemplos que se nos oferecem a respeito do que afirmo estão hoje à porta da nossa própria casa, eclodindo cada vez mais explosivamente nesta nossa sofrida e espoliada América Latina. Provam eles que não há reforma política ou revisão institucional consolidadora da paz interna sem que tal transição seja acompanhada de uma democracia econômica, sem que a redistribuição das riquezas nacionais se efetue de forma crescentemente equitativa, sem que se elimine de vez o conceito anticristão de que é aos mais pobres que deve

caber a maior carga de sacrifícios na libertação dos nossos povos da angústia do subdesenvolvimento.

Nada de novo encerra a advertência contida nas minhas palavras, principalmente para uma assembléia como esta, de profundo discernimento político, Nada, senhores congressistas, que já não conste de análises das mais variadas procedências e mesmo da consciência popular. Ainda agora, documento fundamental da nossa época, a Encíclica "Mater et Magistra" alerta o mundo para a urgência de novo equacionamento dos males sociais que afligem extensas áreas do Universo, especialmente a América do Sul, ameaçando, pela violência dos seus efeitos, as aspirações de uma vida melhor e as liberdades essenciais ao Homem.

Sinto-me à vontade, senhores congressistas, para alertar a Nação sobre a necessidade inadiável de mobilizar tôdas as suas forças, no sentido de acelerar essas reformas. Amplia-se cada vez mais, no seio das próprias classes dirigentes, a área dos que aceitam essa realidade, reconhecendo que, se coube ao povo, até agora, a maior parcela de sacrifícios para que o Brasil rompa as barreiras do subdesenvolvimento, essa contribuição já atingiu os limites do suportável.

Se, no plano interno, devemos fazer ouvir a nossa voz contra as injustiças sociais, no plano externo, nas relações entre os povos — com o mesmo vigor e coerência — devemos protestar contra tôdas as formas de coação internacional, inclusive e principalmente contra a corrida de destruição atômica com que se ameaça a Humanidade. Os mais belos frutos da inteligência humana, ao invés de serem usados no combate à miséria e em benefício da criatura humana, são lançados na competição desenfreada da força militar para aterrorizar os povos. O Brasil, fiel às suas tradições pacifistas, protesta contra o emprêgo das armas de destruição em massa, brandidas como argumento de pressão nas relações entre as nações.

Senhores congressistas:

Enquanto os legisladores se empenham no debate das normas consentâneas com as necessidades políticas, sociais e econômicas, é preciso atentar nos problemas do dia-a-dia das populações. Verificando-se que as manifestações de impaciência das classes desfavorecidas decorrem do caráter agudo das contingências a que

se acham submetidas, impõe-se providências de caráter imediato. A Nação precisa de ordem e de trabalho, único ambiente normal de evolução. Mas tôdas as forças devem contribuir para que êsse clima seja mantido, não podendo os favorecidos esperar que em nome da ordem lhes seja assegurado o privilégio de excederem no supérfluo, enquanto às grandes coletividades faltar o essencial.

Se advirto o povo contra os que desejam manejar o seu descontentamento para golpear as liberdades públicas, fazendo da política do pior o caldo da ditadura, também é preciso situar o poder econômico perante as suas responsabilidades, e dizer que o Governo não permitirá que a teimosia de alguns cegos ou egoístas justifique gestos de desespero. A vida econômica da Nação não pode permanecer suspensa a uma política de regateio entre patrões e empregados, cujos representantes devem compreender que, além dos interesses das corporações em dissídio, o conflito vai atingir ou prejudicar outros setores, e, via de regra, o País inteiro. Êste entendimento até bem pouco só era imposto a uma das partes, através de medidas de pressão policial ou financeira. Hoje, essa compreensão é pedida pelo Governo a patrões e empregados, em benefício próprio, em benefício do sistema social em que vivemos, em favor do desenvolvimento nacional.

As medidas de caráter econômico não são de efeito automático e o povo compreende muito bem que o Governo, emergindo de uma crise como a que viveu a Nação, iniciando um nôvo sistema, não poderia realizar, em menos de três meses, o milagre de deter o ritmo ascensional dos preços, nem estancar os veios da especulação. O povo sabe que os milagreiros são exploradores das suas aflições e que Deus só ajuda realmente aos que perseveram com paciência e obstinação. Mas esta não é a razão para que nos limitemos a assistir, por exemplo, a famílias inteiras, em centros urbanos, irem de madrugada para as filas de gêneros indispensáveis, esperar longas horas para obter o alimento de que seus filhos necessitam.

Ainda em março de 58, em entrevista coletiva à imprensa, no honroso exercício da Presidência do Senado, conclamei o País e pedi a atenção do Governo para a necessidade de apressar reformas básicas, porque já então as considerava — e hoje só tenho

razões acrescidas para tal convicção — indispensáveis à própria salvação do regime. Fui claro e enfático, ao admitir modificações substanciais em nossa estrutura econômica e social, incluindo em caráter prioritário a reforma agrária, uma melhor distribuição de rendas e regulamentação mais rígida da remessa de lucros para o exterior. Agora, mais do que então, estou convencido de que nada conspira mais em desfavor da estabilidade democrática do que as condições de retardamento econômico e social.

A consciência da legalidade que se consolidou no País durante a última crise não teve a finalidade atingida somente com a minha posse. Sua luta, naqueles dias incertos, foi o prólogo de uma campanha para a qual convoco todo o povo, alertado pela experiência que vivemos e cuja repetição a Nação não mais permitirá. A todos aqueles que me pediram, em ratificação comovedora, que viesse constituir o escudo de ordem contra o imprevisível, tenho hoje dupla autoridade para advertir contra as incompreensões que determinaram aquela própria crise, cujos efeitos mais desastrosos o cumprimento do meu mandato evitou.

Chegou a hora, senhores congressistas, de provarmos com fatos que somos realmente capazes de construir a justiça social e a emancipação econômica do País dentro dos quadros democráticos de nossa tradição política.

Creio, senhores legisladores, neste país, na decisão do seu povo e na sua capacidade de construir. Se hoje, à frente dos seus destinos, manifesto perante Vossas Excelências um ato de confiança e de fé, é que nos olhos de cada homem, de cada mulher, nos campos e nas cidades, vejo a luz e o apêlo de esperança para que consigamos o objetivo comum, de grandeza e de progresso, mas, acima de tudo, de paz, união e amizade entre todos, sem exceção, que vivem sob os céus do Brasil.

Estou certo de que o encontro dos legisladores foi altamente favorável ao povo de todo o Brasil e, felicitando cada um e com todos me congratulando, peço a cada deputado que leve a seus Estados, ao povo brasileiro, a expressão do meu propósito de servir o País até o fim da missão que me foi confiada, com a plena consciência dos deveres que me impõe o mandato, em favor da soberania da Nação brasileira, da sua felicidade e da sua paz.

São Borja (RS), 4 de novembro de 1961.

Na sede do Clube Municipal, ao ser homenageado com um banquete pela sociedade local.

Depois da calorosa acolhida que me proporcionou a população de São Borja, no dia da minha chegada, quis ainda a generosidade dos meus amigos e conterrâneos homenagear-me com a magnífica festa desta noite. Se o lugar em que nascemos é a pátria do coração, nada me poderia sensibilizar tanto como a oportunidade dêste convívio com as figuras mais representativas da sociedade de São Borja. Devo aos meus amigos desta cidade a gratidão sem preço de nunca me terem faltado com o estímulo do seu apoio, mesmo nas horas amargas da incerteza.

Como filho desta terra, que todos nós aprendemos a querer bem, como irmão dêste povo, que nos acostumamos a admirar, pela sua simplicidade e pela sua nunca desmentida lealdade, senti-me orgulhoso, e justificadamente orgulhoso, quando, ainda em território estrangeiro, levaram-me a notícia de que a nossa São Borja, fiel às suas mais belas tradições de civismo, transformara-se, no decorrer da crise político-militar, em um verdadeiro acampamento armado, para defender as instituições democráticas, em favor da posse imediata, no cargo de Presidente da República, de um filho seu, a quem a Constituição assegurava direitos líquidos e insofismáveis.

Vibrei de emoção íntima, quando soube, mais, que todos os são-borjenses, sem levar em conta as suas cores partidárias, quer fôssem ricos, remediados ou pobres, davam-se as mãos, em impressionante movimento de unidade democrática, e, ombro a ombro, cavavam as primeiras trincheiras da legalidade. Civis e militares

confundiam-se, naqueles dias agitados, possuídos todos do mesmo e patriótico sentimento, em defesa das liberdades públicas, ameaçadas por grupos oportunistas, que pretendiam abafar a voz do povo, aliados a poucos militares divorciados de seus deveres constitucionais.

Já às portas do Brasil, em Montevideu, chegaram-me novas notícias de São Borja, inclusive as que anunciavam o embarque dos primeiros contingentes militares, em um clima da maior exaltação cívica. Contaram-me até dos atropelos que se verificaram por ocasião do alistamento dos voluntários. Todos, jovens e velhos, queriam ser os primeiros a vestir a farda da lei, para dar combate aos golpistas, que pretendiam rasgar a Constituição e impedir a posse de quem por duas vezes fôra eleito para o cargo de substituto legal do Presidente da República.

São atitudes, são fatos, que para sempre ficarão gravados no meu espírito, porque ocorreram na terra que me viu nascer, na terra onde vivi, na terra que me ensinou a ser digno das grandes causas e nunca desertar da luta nas horas incertas das batalhas decisivas. Senti-me feliz por saber que São Borja do grande Presidente, São Borja de Getúlio Vargas, mantinha-se fiel ao seu passado, continuava de pé glorificando as suas tradições.

Aqui estou, diante dos meus amigos, com a consciência tranqüila de quem cumpriu o seu dever. Mas, não tenhamos ilusões, são-borjenses, novos e pesados encargos nos aguardam.

Sem qualquer ressentimento, dei ao País a contribuição que de mim se exigia, em nome da ordem e do entendimento geral. Serenamente, com o pensamento voltado para Deus e para os sentimentos pacifistas e cristãos da nossa gente, transigi, porque não me julguei com o direito de manchar com o sangue generoso de nossos irmãos a estrada que me conduziria à Presidência da República.

No instante da grande decisão, sob a direta influência de um povo vibrante de exaltação cívica, como o do Rio Grande do Sul, onde me encontrava, procurei, no recolhimento da meditação, inspirar-me nos ensinamentos de um conterrâneo, cujo nome está

vivo no coração de todos os brasileiros, e que sempre nos advertia de que "a violência gera a violência" e "só o amor constrói para a eternidade".

Segui, também, a lição de outro são-borjense, aquele que me guiou os primeiros passos, que me ensinou a conhecer as primeiras letras, e cujos exemplos de homem simples, bom e conciliador, estiveram sempre presentes no meu pensamento, quando fui chamado, pela marcha implacável dos fatos, a uma atitude definitiva que iria influenciar na vida de todos os brasileiros.

Perdoem-me evocar o seu nome. Não poderia deixar de fazê-lo neste instante, na cidade em que viveu, onde trabalhou de sol a sol, durante toda a sua vida e onde foi amigo de todos. A ele tudo devo. Suas palavras e seus exemplos permanecem no meu espírito, a dirigir-me os passos na vida, marcando uma influência decisiva na minha formação. Amou a sua terra, à qual sempre permaneceu fiel. Daqui só se afastou por imposição do destino. Aqui voltou para ser sepultado, ao lado de seus amigos, na terra que ele sempre dignificou com o seu trabalho de homem honrado.

Refiro-me a Vicente Goulart, meu pai, vosso amigo, a quem, com permissão dos são-borjenses, desejo transferir esta homenagem, neste dia de alegrias, quando venho aos pagos como Chefe de Estado.

Aqui em São Borja ainda vivem muitos dos seus amigos, sinceros e dedicados amigos, homens de cabelos brancos, e que nos dias agitados das revoluções passadas atravessaram as noites e as madrugadas em vigília, na defesa dos seus ideais. A esses velhos companheiros de meu pai, que às vezes dele divergiam, mas sempre permaneciam seus amigos fraternais, a eles dirijo todo o meu respeito e a minha sincera admiração.

De meu pai recebi os primeiros exemplos de fraternidade humana. Amigo de seus subordinados, vivia lado a lado com eles e a eles se dedicava como a um membro de sua própria família.

Mais tarde, vi iguais lições aplicadas no plano social, por outro são-borjense, a quem logo devotei o maior respeito e que, por sua vez, me distinguiu com a sua amizade. Em Getúlio Vargas

estêve sempre presente a preocupação de assegurar o direito dos mais pobres, por uma legislação social que proporcionasse a todos a dignificação do trabalho.

Hoje, as grandes coletividades trabalhadoras do Brasil reclamam que se prossiga na marcha redentora iniciada em 30 pelo grande Presidente. São conquistas que necessitam ser ampliadas e atualizadas, através de reformas que ajustem o País à sua própria realidade política e social.

As enormes desigualdades precisam ser corrigidas. Não devemos continuar divididos entre uma pequena minoria que goza das maiores oportunidade e, de outro lado, a grande maioria do povo do Brasil, a clamar por melhores condições de vida.

Não desejamos e não permitiremos a violência, o arbítrio ou a anarquia. Como Chefe da Nação, tudo farei para manter a ordem pública e proporcionar o entendimento entre as classes.

Julgo, porém, do meu dever apelar para os sentimentos patrióticos dos homens mais responsáveis dêste país, quer no plano político, quer no econômico, para chamá-los à colaboração com o Governo, na manutenção da ordem social, que resistirá, tenho certeza, a tôdas as arremetidas dos golpistas, mas que pode sucumbir um dia, a despeito dos nossos esforços, se o povo fôr arrastado a uma total desilusão.

Quando dou ênfase à necessidade de assumirmos posição clara diante dos delicados problemas sociais, de caminharmos para as reformas de profundidade, que atinjam a estrutura econômica e social do País, de tomarmos providências de elevado alcance coletivo, em defesa do povo, estou apenas procurando ser honesto com os que me ouvem, com os milhões de brasileiros que me elegeram, e que não pretendem romper os diques da injustiça pelo emprêgo da violência, mas simplesmente se fazerem entendidos pelo bom-senso, em favor da pátria comum.

Difíceis de justificar são as chocantes desigualdades sociais, são os índices de pobreza de um país que tudo possui para ser poderoso e rico, tanto pelos seus recursos naturais como pela capacidade de trabalho e de inteligência dos seus filhos.

Graças a Deus, homens progressistas, expressões conscientes e patrióticas da nossa indústria e do nosso comércio, já têm olhos para ver a realidade brasileira, já têm ouvidos para ouvir o clamor popular.

Por sermos, de fato, contrários às ideologias materialistas, estranhas à nossa concepção de vida e indiferentes aos sentimentos cristãos do nosso povo, é que nos preocupamos com a nossa situação social, que constitui ameaça constante à nossa evolução política, enquanto não fôr tratada com sentido de realidade, tendo por objetivo o progresso nacional e a felicidade do povo brasileiro.

Já tivemos a reforma política, votada com grande rapidez, para atender a patrióticos objetivos. Aberto o caminho, devemos tratar agora daquela reforma que o povo há tanto tempo reclama e que deve atingir a própria estrutura econômica e social do Brasil, para libertar as suas forças produtivas das amarras do subdesenvolvimento. Para esta batalha, a grande batalha do povo, todos os brasileiros estão convocados.

Nesta jornada, apenas iniciada, sem dúvida a mais difícil, a mais árdua de tôdas, tenho o direito de contar sempre com o amparo dos meus amigos, dos meus irmãos de São Borja, entre os quais revejo, nesta noite, companheiros de infância e de juventude, para que eu possa cumprir honrosamente a enorme tarefa que o povo brasileiro espera de mim.

Ao agradecer a presença, neste jantar, do Senhor Governador do Estado, Engenheiro Leonel Brizola, desejo reafirmar que jamais faltarei ao Rio Grande. Nestes dois meses de Governo, temos estimulado providências e promovido iniciativas que visam a corrigir as desigualdades de tratamento entre as diversas Unidades da Federação. Acredito, e desejo proclamá-lo perante o bravo governador gaúcho, que a atual administração federal, em seus poucos dias de existência, já se mostrou mais atenta aos graves problemas do Estado do que os dois últimos governos anteriores, em seu conjunto.

Como Presidente de todos os brasileiros, congratulo-me com São Borja, pela bravura, lealdade e patriotismo da sua gente, na inestimável contribuição que prestou à grande vitória da legalidade.

Aos são-borjenses, às forças militares dêste Município, que, sem vacilações, se puseram ao lado do povo, aos partidos políticos locais e seus dirigentes, que dignificaram com sua atitude a causa democrática, a todos, as homenagens da minha imorredoura gratidão de amigo, de conterrâneo e de brasileiro.

Brasília, 9 de novembro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao saudar os Prefeitos e Vereadores que se encontravam na Capital da República, para acompanhar a tramitação final da Emenda Constitucional n.º 5, que instituiu nova discriminação de rendas em favor dos Municípios.

Agradeço a honrosa visita que recebo do interior da nossa pátria, aqui representado pelos seus Prefeitos e Vereadores, a quem transmito o meu abraço de amizade, de solidariedade e de congratulações pela vitória que, estou certo, vão obter os Municípios brasileiros numa das suas mais justas e sentidas reivindicações.

Homem do interior, como do interior são os que hoje se encontram na Capital da República, conheço perfeitamente as enormes dificuldades por que atravessam os Municípios do País, em luta permanente contra a falta de recursos para atender às suas mínimas necessidades. Por isso, constitui para mim motivo de alegria saber que os Prefeitos já estão às vésperas de celebrar uma das vitórias mais significativas nessa luta que vêm travando em defesa dos interesses de todos os Municípios. Estou seguro de que o patriotismo já demonstrado pela Câmara dos Deputados encontrará correspondência no patriotismo do Senado Federal — Casa que tive a honra de presidir por mais de seis anos —, que há de compreender e sentir a necessidade de aprovar essa justíssima aspiração dos nossos Municípios.

Quero também agradecer as palavras do ilustre Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, quando destacou a brava atitude assumida pelos Prefeitos e Vereadores na recente crise

político-militar, ao se levantarem nos mais diversos recantos do País, para dizer não ao golpismo que pretendia instalar-se e sim à continuidade do regime democrático no Brasil. Graças a êsse regime é que estamos hoje, frente a frente, neste entendimento fraternal e democrático, tal como o que tiveram, há pouco, os Prefeitos e Vereadores com os dignos Deputados Federais e Senadores da República.

Na valorosa cruzada do povo brasileiro pela vitória da causa da legalidade, foi decisiva a atuação dos Prefeitos e Vereadores, e nesta oportunidade, como Presidente da República, eleito duas vezes para substituir o primeiro mandatário da Nação, agradeço a corajosa posição que assumiram na preservação do regime democrático e, portanto, em defesa dos superiores interesses do País. Ainda há pouco eu sentia, pela voz de um Prefeito que falava neste recinto, o pensamento e a atitude de todos os Prefeitos brasileiros naqueles momentos difíceis vividos pela nossa Pátria.

Quero afirmar a todos que se lutei ao lado do povo, ao lado das classes trabalhadoras, ao lado dos homens do interior, pela manutenção do regime democrático, agora, como Presidente da República, tendo assumido êste pôsto pela vontade dos meus patrícios e trazendo a mensagem de respeito à Constituição, não poderia trair êsse passado e nem sequer a minha atual posição, se permitisse, em qualquer momento, que a nossa Carta Magna fôsse novamente arranhada, ou que não se cumprissem todos os seus dispositivos, inclusive os que beneficiam os Municípios.

Há muito tempo venho proclamando a necessidade de reformas na estrutura econômica e social do nosso País, para que melhor se ajuste à realidade dos dias que vivemos, à realidade do mundo moderno, à realidade dos Municípios brasileiros. Continuo hoje lutando por essas mesmas reformas e congratulo-me por ver que outro não é o pensamento dos homens do interior, dos homens modestos e simples que, de mangas arregaçadas, lutam de sol a sol pelo engrandecimento dos seus Municípios. Sinto a felicidade de ver que os Prefeitos e Vereadores do interior vivem tão perto dos anseios do nosso povo, no que se refere à urgência de reestruturarmos as bases dêste País, principalmente para estabelecermos uma melhor distribuição da riqueza nacional a todos os brasileiros.

Porque a Nação não pode continuar dividida em duas ilhas, uma habitada por um pequeno grupo de privilegiados, outra por quase todo o povo brasileiro, que vive momentos de angústia, de inquietude, de incerteza e de dificuldade.

Quando preconizamos reformas e lutamos para que o País se ajuste à verdadeira realidade, não estamos pregando senão a ordem e o respeito ao regime democrático, pois não acredito que nenhuma democracia possa sobreviver sobre a miséria de um povo. Acredito, sim, que através de uma melhor distribuição das riquezas, com a reformulação de problemas de interesse fundamental para o povo, ou seja, com uma melhor estruturação do nosso sistema econômico-social, poderemos assegurar paz, tranquilidade e harmonia a todos os brasileiros — desejo máximo de toda a Nação.

Sinto-me feliz na oportunidade em que vejo proclamado pelo Presidente da Associação Brasileira dos Municípios o apoio espontâneo e sincero de todos os Prefeitos a esses mesmos princípios que proclamamos em defesa da democracia, em defesa do regime de liberdade em que vivemos. Quando nos batemos, como há pouco afirmava o Presidente da instituição dos Municípios, por uma limitação nas remessas dos lucros para o exterior, é porque desejamos que o País não continue mergulhado na pobreza, sangrado permanentemente nas suas riquezas, em benefício de poderosos grupos econômicos que prosperam à custa da miséria e do sofrimento do povo brasileiro.

Constituí, portanto, motivo de grande satisfação para mim este encontro com os Prefeitos brasileiros, com esses homens que trazem do interior a marca do trabalho e do sofrimento, e que nos momentos mais difíceis, nas crises mais graves, são os que ocupam as primeiras trincheiras em defesa da ordem, da lei e das instituições. A todos, a minha gratidão e a certeza da solidariedade deste Governo, que se instalou pela vontade do povo e que há de orientar-se por essa mesma vontade, com a ajuda de Deus e de todos os brasileiros.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.

***Na Assembléia Legislativa de Minas
Gerais, ao receber o título de “Cida-
dão Mineiro”.***

Esta viagem a Minas Gerais é particularmente grata aos meus sentimentos de cidadão defensor da paz e da concórdia entre os brasileiros. O povo mineiro, com o seu proclamado e indesmentido senso grave da ordem, soube compreender e exaltar a minha serenidade e o meu espírito de renúncia diante dos dramáticos acontecimentos de agôsto último, que levaram o País à beira da guerra civil.

De todos os setores da opinião pública dêste Estado, glorioso por suas tradições de luta em favor da liberdade, partiram as mais decisivas manifestações contra a tentativa de usurpação do mandato que o voto do povo brasileiro me conferiu, em pleito livre e honesto. Todos os partidos políticos e tôdas as classes sociais uniram-se num só bloco e, através dos seus representantes nesta Assembléia Legislativa, altearam as suas vozes, fiéis à herança que lhes legou o grande Tiradentes, símbolo das lutas do povo pela liberdade e independência da nossa pátria. A bravura e o patriotismo do povo das Alterosas, aliados à sua perspicácia política, muito contribuíram para barrar as aspirações ditatoriais de certos grupos, que não acreditam — por mais que o contrário afirmem — no processo democrático da eleição temporária dos governantes, em respeito à vontade soberana do povo.

Sou um homem de coração aberto e sem ressentimentos. Quero dar o braço, como sempre o tenho feito, a todos que desejem lutar pelo desenvolvimento da nossa pátria e pela solução dos seus problemas econômicos e sociais. Nunca recusei a colaboração de

ninguém, mesmo dos meus mais rancorosos adversários, quando se trata de atender às reivindicações do progresso e da propriedade nacionais. Podemos todos marchar juntos para a realização de um governo de paz e, acima de tudo, de um governo de justiça social, único caminho, Senhores Deputados, seguro para a consolidação e o fortalecimento do regime, dêsse regime democrático que o povo brasileiro já defendeu e mostrou estar disposto a defender em qualquer circunstância e, se necessário, até com armas nas mãos.

Faço daqui, do grande Estado de Minas Gerais, ao lado do seu povo bravo, nova advertência aos eternos descontentes, cujas frustrações visam a manter um clima de intranquilidade, através de notícias falsas e alarmantes, para melhor atenderem aos seus apetites de especulação e de exploração do povo brasileiro. O Governo da República conta com a maioria maciça das forças vivas da Nação, das suas gloriosas Forças Armadas e, por isso, não se atemoriza diante de agitações pré-fabricadas de minorias inconformadas.

Chegamos ao Poder em situação que todos conhecem, dentro de um processo inflacionário que vinha de longo tempo e que teve o seu ponto culminante nos dias da crise de agosto, durante a qual, Senhores Deputados, foram emitidos mais de 70 bilhões de cruzeiros. Diante, é claro, do impacto dessas emissões desordenadas e ante a comoção e o desajustamento causados pela tensão política, com graves repercussões internas e internacionais, verificou-se um vertiginoso aumento do custo de vida.

O Conselho de Ministros, dentro da sistemática do novo regime e dos poderes que lhe são atribuídos pela Emenda Constitucional nº 4, está procurando, por todos os meios, combater esse processo inflacionário, com a adoção de várias medidas e com o objetivo de evitar que subam ainda mais os preços, como há pouco informava à Câmara dos Deputados o eminente Presidente do Conselho de Ministros, filho também desta terra, o Doutor Tancredo Neves. Constitui obrigação do Governo não descansar um só instante na luta contra a especulação e a ganância. Poderá e deverá ir até a intervenção no domínio econômico, se fôr necessário, como faculta a Constituição e permite a lei, para defender

os minguados salários das classes menos favorecidas e para coibir a ambição dos açambarcadores de qualquer espécie e dos criminosos contra a economia popular.

O Governo, Senhores Deputados, na atual conjuntura e dentro da mecânica do parlamentarismo, está realizando, por todos os meios de que dispõe, um enorme esforço no sentido de corrigir erros do passado e atalhar novas emissões. Para isso, está comprimindo despesas e procurando elaborar um Orçamento dentro da realidade, com justificadas esperanças de um próximo equilíbrio de nossas finanças.

A luta contra a inflação e o combate ao aumento do custo de vida constituem o binômio prioritário das preocupações governamentais. Não é possível estancar de um dia para o outro as fontes de inflação, mas o Governo vem-se empenhando em atacar as suas causas, de modo gradativo e permanente, para evitar choques e abalos financeiros de consequências imprevisíveis para o nosso país e para o nosso povo. Essa luta, é claro, exige esforço e compreensão de todos, sobretudo daqueles mais favorecidos da fortuna. O povo, Senhores Deputados, é quem menos tem a oferecer, em termos de sacrifício, porque é o mais atingido pelo aumento do preço das utilidades essenciais.

Estamos certos de que, nesta hora, não nos faltarão o apoio e a colaboração das elites econômicas do País, a cujo alto senso cívico e a cujo patriotismo formulo um caloroso apêlo, no sentido de ajudar o País a vencer as graves dificuldades que enfrentamos. Está em jogo, Senhor Presidente, a própria sobrevivência da Nação. Destacados elementos das classes conservadoras, que têm clara noção dos nossos problemas e da realidade do mundo moderno, já manifestaram o seu aplauso a medidas destinadas a atender à melhoria e aperfeiçoamento da ordem social vigente, permitindo a maior número a participação nos bens e no progresso que o desenvolvimento técnico nos pode hoje proporcionar. Mais altruísmo e menos egoísmo — é o lema de um grande grupo que forma conosco nessa luta cristã, nessa luta patriótica dedicada a oferecer melhores condições de vida ao povo brasileiro.

Há um denominador comum, Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, que pode unir a todos, sem distinção de partidos

ou de crenças — o bem-estar da coletividade, abrangendo o homem do campo e o das cidades —, irmanados em tórno de um ideal, que é o progresso do Brasil, aliado à felicidade dos seus filhos, em todos os rincões da nossa pátria.

A nossa luta comum condiz com os sentimentos cristãos e pacíficos do nosso povo, constituindo também o anseio de tôdas as forças progressistas, que necessitam da harmonia social para continuar no seu patriótico esforço, visando ao desenvolvimento nacional. Ninguém pode desejar o agravamento dos problemas sociais e muito menos a intranqüilidade do povo, que conduzem à angústia, que conduzem ao desespero e que levam quase sempre à revolta e imprevisão.

Tenho a certeza de que as minhas palavras, cheias de lealdade e de franqueza, encontrarão ressonância nesta Assembléia Legislativa e se projetarão por todo o território do glorioso Estado de Minas Gerais. Do atual Governo da República participam eminentes filhos desta terra generosa, de cuja capacidade e experiência muito espera o País. O Conselho de Ministros conta com o tirocínio e o alto espírito público do seu eminente Presidente, Doutor Tancredo Neves; conta com a colaboração patriótica, sempre presente e eficaz, do eminente Doutor Gabriel Passos; conta também com a colaboração de outro que poderíamos considerar como filho desta terra, o eminente Professor e Ministro San Thiago Dantas. Todos êles honram as tradições de cultura e de patriotismo do grande povo montanhês.

Tenho alertado o País e as suas classes dirigentes sôbre a necessidade de certas medidas e leis de grande interêsse popular. São advertências do mais alto cunho patriótico, na defesa do nosso pacífico desenvolvimento democrático. Sou um homem cujo temperamento tende à conciliação, e tôda a minha ação política sempre se orientou no sentido da compreensão e da harmonia social. Não transijo, porém, e jamais transigirei, quando se trata do interêsse nacional e da soberania do Brasil. Adversário de todos os extremismos, isso não me impede de apoiar, e apoiar com lealdade, reformas que constituem aperfeiçoamento das instituições democráticas e que venham em benefício do povo.

Sempre lutei por uma ordem econômico-social mais justa e mais humana. Jamais traírei o meu passado defendendo estruturas superadas ou deixando de escutar os clamores populares. Então, sim, estaria faltando ao meu mandato e ao cumprimento sagrado do meu dever.

Tenho compromissos com o povo e tudo farei para saldá-los, lutando sem tréguas pela melhoria das condições de vida. Por êle fui eleito duas vêzes e a êle devo o apoio que me estimulou, que contagiou e mobilizou todos os setores da Nação para que fôsse respeitada a sua vontade com a minha posse na Presidência da República.

Desejo consignar, por fim, os meus mais sinceros agradecimentos aos deputados desta Casa, independentemente de suas côres partidárias, porque todos, acima de facções, defendem com zêlo e patriotismo os superiores interesses de Minas Gerais e do Brasil. A todos os deputados, o testemunho da minha gratidão.

Ao ilustre Governador do Estado, Doutor Magalhães Pinto, também apresento, nesta oportunidade, o meu reconhecimento pela sanção que apôs à manifestação da Assembléia Legislativa. Quero também agradecer ao Governador do Estado a sua presença nesta Casa e a entrega que me fêz dêste honroso título de "Cidadão Mineiro", que conservarei como um dos títulos que mais me orgulharão e mais orgulharão os meus filhos. Para mim, tem uma significação tôda especial receber êste título da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, dêste órgão que representa com tanta fidelidade o pensamento e o sentimento de um povo que, em todos os momentos, tem estado presente na primeira trincheira e em tôdas as lutas pela emancipação econômica da nossa pátria. Quero, Senhor Governador, também reafirmar — e o faço, tenho certeza, em nome do Conselho de Ministros presidido pelo honrado político mineiro Doutor Tancredo Neves — o apoio do Govêrno Federal a todos os problemas que interessam ao Estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Orgulho-me de ser mineiro, de agora em diante. Havia quem dissesse que eu já o era, pela minha atuação na política nacional.

Ostentarei o título honroso de Cidadão de Minas Gerais e peço a Deus que me ajude, no exercício da Presidência da República, a agir sempre com a prudência e a sabedoria que são o apanágio do povo dêste grande Estado.

Falando desta tribuna, não desejo que se veja nas minhas palavras qualquer ressaibo de pessimismo ou de desalento ante o futuro do Brasil. Minas Gerais, Senhores Deputados, com o seu povo valoroso e ordeiro, está trabalhando com entusiasmo para o desenvolvimento do Estado e do País.

Sou um eterno agradecido ao povo mineiro, a quem muito devo, por demonstrações de aprêço e solidariedade, em manifestações memoráveis. Ao Govêrno de um grande mineiro, Senhores Deputados, o ilustre Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, prestei leal colaboração, em clima do maior entendimento e da maior cordialidade. Esta ilustre Assembléia Legislativa oficializou, neste instante, um estado de espírito de que já me sentia possuído.

Minas Gerais nunca nos faltou com o seu apoio, e as reservas de civismo do seu povo são agora imprescindíveis para a luta em que todos estamos empenhados pela prosperidade do Brasil.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.

No encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Compareço à sessão de encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil para expressar o meu apoio ao debate franco e corajoso dos temas que dizem respeito aos problemas da melhoria das condições de vida do homem brasileiro que trabalha a terra e dos que tratam da implantação de métodos modernos de exploração dos recursos naturais do nosso país.

As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria é condição indispensável ao progresso do País e à elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro.

Na verdade, o crescimento econômico do Brasil não deve ser dificultado por uma agricultura atrasada, que ainda emprega em larga escala estilos de produção que remontam a épocas já ultrapassadas. Mas nem toda a estrutura agrícola brasileira é atrasada. Há setores importantes que já apresentam indícios elevados de produtividade e que constituem exemplos de boa aplicação técnica na exploração de nossas terras.

Devemos, contudo, reconhecer e proclamar que a ausência de uma reestruturação agrária está embarçando a marcha do progresso da nossa pátria: sem uma agricultura progressista não teremos uma economia nacional equilibrada. O processo agrícola

brasileiro não mais atende às necessidades do crescimento da economia geral do País.

Devemos ter sempre presente que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades do campo: 63% da população brasileira dependem da agricultura para viver. E as estatísticas ainda incompletas que possuímos nos mostram que, dos 12 milhões de agricultores brasileiros, 10 milhões cultivam terra que não lhes pertence.

A luta em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos.

Sem escolas, sem assistência médica e sem perspectivas de melhoria de vida, os trabalhadores rurais das regiões mais atrasadas do País abandonam os campos e se dirigem aos centros urbanos, em busca de uma atividade compensadora.

O crescimento industrial do País criou novas oportunidades de trabalho, provocando imenso deslocamento da população rural para as cidades. A atração das grandes cidades permanecerá irresistível enquanto as condições de vida do campo forem precárias e, em muitos casos, piores do que nas favelas urbanas.

Tais contradições entre a agricultura e a indústria tendem mesmo ao agravamento, se não forem desde logo aplicados remédios adequados para corrigi-las. A inflação, que destrói os valores do trabalho, realiza uma transferência da renda agrícola para outras áreas econômicas, num desestímulo permanente às inversões no campo, especialmente na agricultura.

A questão da terra no Brasil deve ser resolvida, evidentemente, de acordo com as características próprias de cada região. Não há, nem pode haver, fórmula salvadora, remédio milagroso, para realidade tão diversificada de um país que é um continente, pela sua extensão e pela multiplicidade dos seus reclamos de desenvolvimento. Não vejo razões para deixar de afirmar que a reforma agrária é uma das reformas que o País reclama, para dar plena expansão às suas forças produtivas adormecidas.

Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não perdem o sono diante do panorama social

do País, onde um povo pobre luta para viver em território potencialmente poderoso.

O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural, para que seja possível libertar a produção agrícola dos seus seculares entraves e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, para dotar o País de uma agricultura moderna, racional e mecanizada, de alto rendimento produtivo.

Evidentemente, no Brasil, tal lei agrária deve possuir características de maleabilidade, para acomodá-la às variadas condições regionais e de modo a respeitar as unidades de produção bem organizadas, de bom rendimento, sem levar em conta a sua extensão.

A Igreja Católica, através da manifestação clara e coletiva de seus bispos, tem proclamado que o Brasil precisa urgentemente cuidar das enormes coletividades que vivem como marginais da sociedade brasileira.

A nossa Constituição de 1946, se reconhece, por um lado, a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em dinheiro.

Os setores mais esclarecidos do País vêm clamando por medidas de base também na agricultura. Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, parcial ou totalmente, a estrutura agrária do País. Infelizmente, até hoje, nenhum deles conseguiu vencer a barreira de resistência levantada pelos que ainda se afeerram a um arcaísmo agrícola superado e de baixo rendimento social.

Creio ser dever do Governo estimular todas as iniciativas que se preocupam com a questão agrária nacional, procurando solucionar os seus problemas, pois o aumento da produção e a elevação do padrão de vida do trabalhador rural constituem meta fundamental para os destinos do Brasil.

Em quase todas as minhas declarações públicas, tenho batallhado por uma política dinâmica, que dê solução aos problemas de base, inclusive o da reforma agrária, para que se possa estabe-

lecer a justiça social, garantir as liberdades, distribuir melhor as riquezas e os rendimentos, e dar a todos os brasileiros condições dignas de existência, de acôrdo com os nossos ideais de fraternidade cristã.

Na verdade, ainda há falta de garantias e de oportunidades para os que se dedicam ao trabalho da terra. Não se pode negar que falta estímulo para novos investimentos, tanto para o dono da terra como para o lavrador, parceiro ou arrendatário.

A organização crescente dos trabalhos agrícolas em entidades próprias é decorrência natural da evolução da nossa sociedade e a elas não se podem opor obstáculos administrativos ou policiais, mas sim cabe compreendê-las, porque refletem sempre o estado de espírito e a situação de coletividades abandonadas e que desejam fazer ouvir os seus reclamos. A organização do trabalhador é pedra angular do regime democrático.

Nossa geração está sendo chamada pela História para conquistar a independência econômica do Brasil, e nosso elementar dever de cidadão é estarmos à altura de missão tão elevada.

Felizmente, grupos expressivos das classes produtoras, da indústria, do comércio e da agricultura, já colaboram, e espero que colaborem cada vez mais, com o Govêrno, na conquista da nossa emancipação, para libertar o Brasil das barreiras do atraso econômico, tanto na frente interna como nas relações com os demais países.

É para essa batalha patriótica, cristã e democrática, de paz e trabalho, que convoco os trabalhadores rurais da nossa pátria, aqui representados por delegações vindas de todos os recantos do território nacional, e que desejam, através dos debates construtivos que aqui se verificaram, contribuir com o Govêrno, e muito especialmente com o Congresso Nacional, apresentando-lhe elementos que, por certo, merecerão o respeito e a consideração dos legisladores.

Peço, senhores congressistas, que levem aos seus companheiros do interior, junto com a minha calorosa saudação e a mensagem da minha confiança nos altos destinos do País, a certeza de que tudo farei para que os trabalhadores rurais brasileiros possam em breve ver transformadas em realidades as suas justas reivindicações.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1961.

No auditório do Ministério da Fazenda, ao paraninftar os economistas que concluíram o Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em cooperação com o Governo Brasileiro.

Quero, antes de tudo, agradecer a honra que me deram os jovens economistas, que hoje concluem o Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento, convidando-me para os paraninftar nesta solenidade. O curso que vêm de terminar, mantido pelo Centro de Desenvolvimento Econômico da CEPAL, em colaboração com o B.N.D.E. e sob o alto patrocínio da Organização das Nações Unidas, lança-os na vida brasileira como verdadeiros engenheiros sociais do nosso progresso e da nossa grandeza. Por isso, já se disse que não há problemas insolúveis, mas problemas mal formulados.

Os economistas que recebem hoje, aqui, a distinção conquistada pelos seus esforços e por sua capacidade vêm, dêste modo, aumentar o quadro de profissionais competentes de que tanto necessitamos. Eles pertencem a uma das mais recentes categorias de estudiosos das nossas questões de organização, e das mais credenciadas à nossa admiração. Estou certo de que saberão servir ao nosso país, com a dedicação e o patriotismo que são de esperar de brasileiros confiantes na missão que o Brasil está chamado a exercer na América e no mundo.

Desde 1956 que a CEPAL vem contribuindo, com excepcional êxito, na formação de quadros técnicos destinados a instituições que têm a tarefa de promover o desenvolvimento brasileiro, tais como o B.N.D.E., o B.N.D., a SUDENE, comissões estaduais de planejamento e outras organizações nacionais.

Na América Latina, a programação para o desenvolvimento assumiu forma sistemática graças, principalmente, aos estudos da CEPAL, e sua contribuição ao progresso desta parte do mundo tem sido realmente notável.

Como unidade geográfica, a América Latina pode ser considerada uma região tipicamente subdesenvolvida no plano mundial, sem que se deixe de reconhecer, em seu seio, a presença de distintos estágios de civilização.

Podem ser resumidos em quatro os elementos estruturais típicos do subdesenvolvimento latino-americano, presentes em todos os países, embora em graus diversos: infra-estrutura agrária de base latifundiária; dependência econômica e financeira de potências altamente industrializadas; atraso e inadequação das instituições; insuficiência dos padrões de vida.

Como muito bem advertem os estudos da CEPAL, a modificação das estruturas agrárias em quase todos os países da região latino-americana, através de uma redistribuição de terras, é condição indispensável para alcançar melhor utilização dos recursos, a tecnificação dos trabalhos do campo e a elevação dos níveis de produtividade.

No Brasil, como em quase todos os países latino-americanos, coexistem uma economia de subsistência, não evolutiva, resistente ao impacto das forças produtivas em crescimento, e uma economia monetária, correspondendo a novos tipos de organização, e cuja expansão é de certo modo embaraçada por uma infra-estrutura agrária anacrônica. Os dois setores não se ligam, não fazem sistema, originando o fenômeno que os economistas denominam "economia dualista" ou "economia desarticulada".

Quanto à posição da economia dos países latino-americanos no relacionamento internacional, torna-se necessária uma vigilância para que os seus efeitos negativos não se façam sentir de modo grave, seja nos balanços de pagamento, pela drenagem desenfreada

de lucros e dividendos, seja pelo encaminhamento preferencial de capitais para a extração de matérias-primas e a exportação de produtos agrícolas. É indispensável que os planos de expansão das grandes iniciativas privadas se ajustem às prioridades essenciais do desenvolvimento, objetivamente identificadas. Não se deve perder de vista, em qualquer esforço organizador das sociedades latino-americanas, que dois terços da sua população se encontram "mal alimentados, mal abrigados, mal vestidos", conforme lembrou, em frase que ficou famosa, o inesquecível Franklin Roosevelt.

A existência de fatores estruturais tão adversos não impediu, paradoxalmente, como salienta um brilhante economista da CEPAL, Jorge Ahumada, que a região latino-americana, no pós-guerra, se desenvolvesse com mais rapidez do que a maioria das suas congêneres do mundo ocidental. A produção de bens e serviços, no conjunto latino-americano, cresceu 60% em somente 14 anos. A indústria, no mesmo período, acusou uma expansão de 90%. Países altamente afetados pela inflação, como o Brasil, cresceram velozmente; outros, de bastante estabilidade, o fizeram com lentidão; e outros, ainda, estagnaram-se com a inflação.

Economistas mostram-se alarmados com o fato de que a dinâmica política da América Latina parece arrastá-la em direção oposta à dinâmica econômica. Ao passo que a participação das mesmas no poder político é crescente, essa participação no poder econômico está muito longe de acompanhar aquele ritmo. Realmente, o desenvolvimento econômico não conduz, nos países desta parte do mundo, a maior integração social, à necessária redistribuição da renda em favor dos setores mais pobres da população. Considera-se esta uma contradição básica dos países latino-americanos, a qual pode produzir tensões sociais e políticas de graves conseqüências.

Do mundo ocidental, o Brasil é o país em que talvez mais expressivamente se manifestam os fenômenos dinâmicos das economias em plena expansão. Na verdade, postos na balança os fatores favoráveis e os desfavoráveis, podemos concluir que o desenvolvimento brasileiro, nas últimas três décadas, apresenta um panorama em que o aproveitamento do saldo de elementos positivos pode justificar esperanças e otimismo que o nosso esforço

sério poderá transformar em boas perspectivas para o nosso futuro. A economia brasileira foi suficientemente dinâmica para superar e resolver parcialmente problemas de importância para a vida do País. A renda nacional elevou-se a uma taxa razoável, a estrutura de produção diversificou-se mediante a adição de setores industriais de elevado nível tecnológico, parcelas ponderáveis da população encontraram emprego mais compensador, as cidades se desenvolveram e um amplo processo de integração nacional foi iniciado pela instalação e ampliação de um sistema de transportes que vai transformando o arquipélago econômico em uma unidade harmônica.

O povo brasileiro, em consequência, despertou para o desenvolvimento. E é preciso mantê-lo cada vez mais desperto e atento, para que se integre no seu espírito a indispensável consciência dos seus direitos e deveres, única fonte autorizada e estável de equilíbrio social numa verdadeira democracia. Esta tomada de consciência da própria força torna imperativa a formulação e a execução de uma política de desenvolvimento nacional, com a finalidade de elevar a renda por habitante no Brasil até um nível que represente, pelo menos, o dôbro da nossa atual posição.

Devemos reconhecer que a nossa estrutura social apresenta sérios desequilíbrios, que cumpre corrigir por uma melhor orientação no processo do desenvolvimento brasileiro. Torna-se indispensável uma reforma agrária, que assegure substancial elevação e melhor distribuição de rendas na agricultura, de modo a fornecer ao desenvolvimento industrial do País mercado de maior dimensão. Uma evolução lenta no setor agrícola, com a manutenção de estruturas arcaicas de produção, poderá, se não superada convenientemente, reduzir em limites fatais para as próprias instituições o sôpro renovador que tem animado o País. Necessitamos conquistar novas etapas de progresso.

Outra distorção que está a reclamar medidas corajosas para corrigi-la é a resultante do não-crescimento equilibrado das diversas regiões do Brasil. Ao lado do vertiginoso progresso da região Centro-Sul, que já atinge níveis comparáveis aos dos países desenvolvidos, subsiste um Nordeste com renda de baixíssimo nível e um Extremo Sul com alarmantes tendências à paralisação. Esse

descompasso na evolução das diversas regiões é problema que aflige todo o corpo social do Brasil. Temos o compromisso, mínimo e inadiável, de imprimir dinamismo àquelas regiões onde lutam tantos irmãos sob condições adversas, embora de amplas perspectivas futuras.

Mas devemos ter sempre presente que o desenvolvimento só cumpre os seus propósitos quando uma justa distribuição da renda e da riqueza nacional é alcançada. A falta de planificação com um sentido de justiça social, no processo de desenvolvimento brasileiro, seria condenar o País a antagonismos sociais que negariam os valores humanos que temos o dever de preservar.

Essa situação coloca o Governo perante uma gigantesca tarefa histórica. A rigor, ela se desdobra em dois momentos que podem ser sintetizados no estabelecimento das condições para execução da política do desenvolvimento e a sua aplicação efetiva.

Inicialmente, cumpre preencher o vazio instrumental, reformulando e criando ferramentas capazes de solucionar aqueles problemas e executar uma política com aquelas diretrizes.

Nosso país se encontra parcialmente desaparelhado, com um processo de elaboração orçamentária incoerente, máquina administrativa desorganizada e obsoleta, deficiências sérias de informação estatística, estruturas tributárias inadequadas, sistema financeiro mal estruturado, ausência de certos poderes e prerrogativas indispensáveis a um Estado moderno, sistema empírico de programação do investimento público, sem processos definidos de avaliações prioritárias, desprovido enfim dos recursos indispensáveis à execução de uma política de desenvolvimento.

Uma atitude de independência intelectual é necessária para superar tais obstáculos. Na verdade, um povo se torna adulto quando passa a pensar em termos próprios, condicionando a elaboração do seu pensamento às imposições do próprio destino que lhe cumpre forjar, sem xenofobia, na convivência com o universal, mas, igualmente, sem a pusilanimidade dos exageros do mimetismo ou da subserviência para com o alienígena. Por isso mesmo, o Brasil deve empenhar-se na formação de equipes brasileiras, com pensamento brasileiro, que se lancem à tarefa de arrancar o nosso

país do estágio do subdesenvolvimento. De nada nos adiantaria dispor de bom esquema operacional se não contarmos com homens capazes de executá-lo.

Vamos mobilizar o povo para o desenvolvimento, de modo que ele tenha plena consciência da sua missão e sinta que os frutos do progresso lhe pertencem. Vamos construir um Brasil que, mantendo as características da sua personalidade como cultura, seja nôvo, justo e próspero. Vamos utilizar os valores do sufrágio universal, não como um processo pseudodemocrático que propicie representações artificiais, mas como um instrumento de compromisso para com as verdadeiras causas populares, de modo a permitir ao próprio povo não apenas a sensação mas a profunda convicção de que, com representantes autênticos dos seus anseios, ele é que, realmente, governa.

Apesar das afirmações dos derrotistas, o Brasil está vencendo as etapas do seu progresso. Se temos deficiências e dificuldades, algumas dessas realmente grandes, são todas elas temporárias e serão vencidas pelo nosso esforço. O permanente no Brasil é a vontade de progresso do nosso povo. O permanente é a imensidão dos recursos nacionais. O permanente é a invencível capacidade de luta do homem brasileiro. O permanente é a visão grandiosa dos altos destinos da Pátria brasileira.

Brasília, 6 de dezembro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao dar as boas-vindas ao Senhor Eduardo Victor Haedo, Presidente do Conselho Nacional do Governo do Uruguai.

É para mim um privilégio, Senhor Presidente, dar as boas-vindas a Vossa Excelência, à Excelentíssima Senhora de Haedo e à sua brilhante comitiva, na nova Capital do Brasil.

É Vossa Excelência o primeiro Chefe de Estado uruguaio que vem a Brasília, e não seria demasiado assinalar que êsse acontecimento transcende os aspectos meramente protocolares de uma visita, para significar, no cenário simbólico desta cidade voltada para o futuro, a renovação da antiga e inalterável amizade que une os nossos povos e lhes confere um destino comum dentro do quadro mais amplo da unidade americana.

Brasília representa a nossa ilimitada confiança no futuro, não apenas do Brasil, mas da América, e a certeza de que êsse futuro terá de ser construído por nós mesmos, fazendo apêlo às energias mais profundas do povo e dos recursos mais arrojados da técnica e da ciência, para resolver, dentro de um nôvo espírito de igualdade no trabalho e de justiça na distribuição dos seus benefícios, os árduos problemas da sociedade em que vivemos.

O Brasil recebe a sua visita, Senhor Presidente, de coração aberto, saudando em Vossa Excelência o nobre e generoso povo uruguaio, que logrou consagrar-se, em nosso Continente, como exemplo de firmeza nas convicções democráticas e de sabedoria na prática do regime representativo.

Como rio-grandense-do-sul, tenho a satisfação de haver sentido, desde os primeiros anos da existência, o calor da amizade

que une, eliminando fronteiras, os uruguaio e os brasileiros, sem quebra do mútuo respeito e sem desfalecimentos do patriotismo, que tornou as duas populações vizinhas tão ciosas da sua independência e tão apegadas às peculiaridades do espírito nacional.

Não posso deixar, também, Senhor Presidente, de evocar, neste nosso encontro, a acolhida amiga que recebi de Vossa Excelência, do seu Governo e do povo uruguaio, no momento em que passei pela sua bela Capital, regressando ao Brasil nos dias agitados de agosto deste ano. A efusiva simpatia do povo uruguaio trouxe ao meu coração a primeira alegria do retorno à Pátria.

Senhor Presidente:

Vossa Excelência visita o nosso país numa época dominada por um intenso sopro de renovação social. Guiado pelo sentido de justiça e de igualdade, que o pensamento político e a obra de governo do imortal Presidente Vargas comunicaram ao nosso povo, caminhamos, sem quebra de fidelidade às instituições democráticas e aos princípios da nossa civilização cristã, em direção a uma nova ordem social, em que todos se beneficiem igualmente do esforço comum pelo engrandecimento do País, e em que possamos completar a obra das gerações anteriores, que nos asseguraram a independência política, alcançando e consolidando a emancipação econômica da Nação.

Peço que Vossa Excelência se sinta, neste país, em sua casa. Brasileiros e uruguaio, mais do que vizinhos, são povos irmãos, e Vossa Excelência pode estar certo de que não é apenas o Governo, é também o povo do Brasil, que abre os braços para recebê-lo.

Peço aos presentes que me acompanhem no brinde que ora levanto pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Haedo, pelo Governo que Vossa Excelência tem o privilégio de presidir e pela prosperidade do Uruguaio.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1961.

*No banquete oferecido no Palácio
Itamarati ao Senhor Eduardo Victor
Haedo, Presidente do Conselho Na-
cional do Govêrno do Uruguai.*

Há dois dias apenas tive a honra de dar a Vossa Excelência as boas-vindas, na nova capital do Brasil. Ali, naquele cenário que o arrôjo dos nossos arquitetos e engenheiros criou, pôde Vossa Excelência sentir o Brasil de amanhã e medir a serena confiança com que, em meio às dificuldades que conturbam o mundo de hoje, encaramos o futuro.

Tenho hoje o prazer de recebê-lo num cenário diferente — nesta Casa de Rio Branco — depositária das tradições ilustres da diplomacia brasileira e símbolo perene da vocação pacifista, que dita os rumos da nossa política exterior.

Não teríamos melhor lugar para recebê-lo e homenageá-lo, Senhor Presidente, do que esta Casa, a que se acha confiada a alta e inexcédível tarefa de cultivar as amizades eletivas, que unem o nosso povo a outros povos, e entre essas amizades nenhuma se avanta à que nos une ao nobre povo uruguaio.

Quero que Vossa Excelência e a sua brilhante comitiva, em que distingo tantos estadistas de renome e autoridade, levem do Brasil a certeza de que nunca foram tão vivos e seguros os laços de compreensão e estima que nos vinculam, e que nunca se nos apresentou melhor ensejo para fazermos dessa união uma fôrça, a serviço dos verdadeiros ideais americanos.

Rendo minhas homenagens ao seu país, ao seu povo e ao seu govêrno. Somos admiradores da modelar democracia uruguaia, das

agregações políticas que lutam pelo poder dentro das normas éticas e jurídicas do regime representativo. E, sobretudo, conhecemos e respeitamos a cultura uruguaia, que fez de Montevideu um dos maiores centros de irradiação intelectual da América.

Os dias que Vossa Excelência aqui passou, afastando-se com sacrifício dos prementes encargos do seu posto de comando, além de nos terem dado esta magnífica oportunidade de fazer reviver, nas ruas das capitais ou nas reuniões políticas, as manifestações de simpatia dos brasileiros pelo Uruguai, foram extremamente fecundos para a cooperação entre os nossos países e para o desenvolvimento das relações americanas. Nossos Ministros puderam examinar, animados da sinceridade e do propósito de encontrar soluções práticas, diversos problemas, que não constituíam matéria da controvérsia entre os dois países, mas representavam oportunidades para ambos, e exigiam uniformização de critérios e tomada de decisões.

Felicito-os pelo trabalho iniciado antes mesmo da partida de Vossa Excelência do Uruguai, e concluído com segurança e objetividade na tarde de hoje, no Itamarati.

Tive a grande honra, Senhor Presidente, de firmar com Vossa Excelência, há poucos instantes, a declaração conjunta que traduz a nossa unidade de pensamento e de ação em face da situação internacional de hoje. Pela sua simplicidade, êsse documento revela a espontaneidade do nosso acôrdo, que não exigiu debates e concessões recíprocas, mas exprimiu uma coincidência de vistas que felizmente partilhamos com outros povos americanos.

Acôrdos dessa natureza, Senhor Presidente, sòmente são possíveis entre Estados verdadeiramente independentes, que apenas se acham vinculados a princípios morais e políticos, e não se submetem passivamente a interêsses ou a decisões de outros Estados.

A política exterior, em que coincidimos, Senhor Presidente, e que vem sendo executada, com o meu inteiro aplauso, pelo Itamarati, é inspirada por uma fidelidade intransigente aos princípios da democracia representativa e aos compromissos internacionais assumidos pelo País, com a aprovação do Congresso Nacional, e, por isso mesmo, é igualmente intransigente na defesa dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos.

Entendemos que êstes princípios são a base da confiança entre os povos, notadamente entre os povos dêste hemisfério, e que mais vale suportarmos, como temos sabido suportar, o afastamento de um regime da prática integral da democracia, do que tentarmos corrigir êsse estado de coisas por meios que possam importar em intervenções.

Estamos dispostos a impedir que as nossas instituições políticas sejam atingidas pelos extremismos da esquerda ou da direita, mas insistimos em que a melhor maneira de defender a democracia e as nossas tradições cristãs consiste na mobilização de recursos, em grande escala, para enfrentar a miséria, a desigualdade social e o subdesenvolvimento econômico, aproximando rapidamente as classes sociais e eliminando as grandes distâncias que hoje separam as nações desenvolvidas das não-desenvolvidas e que conduzem à exploração inevitável destas por aquelas.

Não somos otimistas, Senhor Presidente, quanto às perspectivas de expansão do comércio brasileiro ou do latino-americano. Para vencermos a presente etapa do subdesenvolvimento, países como os nossos terão de importar bens de produção, combustíveis e matérias-primas industriais, em quantidades crescentes, e para isso temos de aumentar as nossas exportações, indo buscar nos mercados tradicionais, e também em mercados novos, como o latino-americano e o socialista, quaisquer oportunidades que êles ofereçam à absorção de nossos produtos.

Acredito nas possibilidades de desenvolvimento de uma zona livre de comércio entre os nossos países, e faço votos para que dela participem todos os Estados latino-americanos. Foi especialmente significativo que, entre os atos assinados no Itamarati, com a presença dos ministros uruguaio e brasileiros, figurasse o decreto que criou a nossa delegação permanente junto à ALALC, em Montevideu.

Senhor Presidente:

O Brasil e o Uruguai não têm problemas a resolver. Têm, entretanto, uma obra comum a edificar. Essa obra não aproveitará

a um dos dois países, nem sequer apenas a ambos. Será uma obra essencialmente continental e americana, através da qual cada vez mais nos aproximaremos das outras repúblicas irmãs.

Levanto minha taça, Senhor Presidente, pela saúde de Vossa Excelência, da Senhora de Haedo, de sua graciosa filha, do Conselho Nacional do Governo do Uruguai e do seu nobre e generoso povo.

São Paulo, 10 de dezembro de 1961.

*No Centro Acadêmico XI de Agosto,
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

É para mim uma distinção excepcional o convite do Centro Acadêmico XI de Agosto para comparecer a esta solenidade. Sob as arcadas da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, temos o dever de evocar e reverenciar a memória das gerações de mestres e discípulos que, há mais de um século, lançaram e consolidaram os fundamentos de uma das nossas mais gloriosas instituições de ensino livre.

Juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, a gloriosa Academia do Largo de São Francisco exerceu relevante papel no desenrolar da vida pública brasileira. Por aqui passaram Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Campos Sales e tantos outros vultos exponenciais da cultura, do civismo, da política e das letras jurídicas do nosso país. Daqui partiram os grandes combates contra a escravidão, pela República, pela Liberdade, pelo Direito e pela Justiça. Em tôdas as lutas populares, nunca faltou a presença atuante da Faculdade de Direito de São Paulo, como força propulsora na defesa intransigente das liberdades públicas, a serviço dos mais altos interesses do Brasil.

Dêsse modo, meus caros estudantes, sois os herdeiros de um patrimônio extraordinário de civismo, de espírito público e de amor às grandes causas nacionais. Vemos, com orgulho, que êsse patrimônio está sendo sustentado e enriquecido pelo patriotismo, pelo idealismo e pela irreprimível vocação democrática dos professores e estudantes de hoje.

Os problemas com que agora nos defrontamos são naturalmente diferentes daqueles que os nossos maiores tiveram de enfren-

tar. A população está crescendo rapidamente, o País progrediu, a industrialização se acelerou. O Brasil tornou-se uma forte comunidade política, cuja importância na vida internacional lhe dá maiores e mais altas responsabilidades. Maior nação latina do mundo, estamos fadados a desempenhar um papel de relêvo entre os povos, dentro da nossa vocação pacifista, intransigentes na defesa do princípio da autodeterminação, de não-intervenção nos problemas internos dos outros países. Nada nos desviará dessa linha de pensamento e de conduta, que corresponde às aspirações e sentimentos do povo brasileiro.

A fase atual do nosso desenvolvimento apresenta feições muito características, porque, nos dias de hoje, progredir, para nós, significa transformar uma estrutura econômico-social que já produziu os seus frutos mas não mais corresponde às exigências do bem-estar das populações brasileiras.

São exatamente os problemas ligados a essa mudança de estrutura que distinguem o momento social brasileiro e fazem deste momento um desafio à inteligência política de governantes e governados. É necessário, portanto, aceitar esse desafio, reconhecer a realidade como ela se apresenta e liderar a transformação, para que ela se verifique sem perigo para as instituições democráticas que nos regem.

A liderança das reformas coloca desde logo a questão do planejamento, pois desenvolver sem planejamento significa desperdício de energias e de dinheiro. Significa deixar ao acaso das impreviões, do empirismo e de forças dominadas por interesses exclusivistas, a organização da sociedade brasileira, que deve alcançar em curto prazo um nível superior de economia. Cabe ao Estado, nessa ação planejada, papel ativo para que a mobilização dos recursos materiais e humanos se realize no sentido do atendimento daquelas prioridades que o exame realista da situação nacional determinar.

O planejamento não impõe liderança exclusiva dos poderes públicos no campo econômico, social e financeiro. Ele não exclui a colaboração da iniciativa privada, que encontrará nas reformas necessárias o estímulo indispensável à sua maior expansão.

Mas, entre nós, como em outros países de estágio social semelhante, a liderança do Estado na política de desenvolvimento é uma exigência da missão nacional a cumprir, e não apenas um princípio teórico. É questão de fato, e não de preferências ideológicas. Pensemos — para citar exemplo expressivo — no Nordeste. A recuperação do Nordeste, o processo para se estabelecer, em condições favoráveis à sua economia, o conjunto de medidas fundamentais à superação do seu atraso, impõe ao Estado iniciativas e posições que só o poder público se acha em situação de tomar. A liderança do processo do desenvolvimento se inclui, hoje em dia, entre os deveres constitucionais do Estado. Nesse sentido, existem na Constituição dispositivos que não deixam margem a qualquer dúvida, como os artigos 145, 146 e 147.

Eis a razão pela qual, meus caros estudantes, a máquina estatal deve estar preparada para cumprir as grandes tarefas nacionais, no comando do planejamento do progresso e da justiça social.

As instituições políticas devem comportar a dose necessária de firmeza e unidade de ação nacional, sem o que estaríamos condenados a perder o melhor do nosso esforço.

Todos os mais autorizados observadores da vida brasileira são unânimes em afirmar que a nossa estrutura social e econômica se acha submetida a um processo de mudança e reajustamento. O espírito que move esse processo é o de remover as causas do atraso, conquistando-se ao mesmo tempo uma posição favorável às transformações progressistas e emancipadoras.

Uma das causas mais firmemente diagnosticadas desse atraso está nas relações jurídicas e econômicas entre aqueles que trabalham e os que detêm a propriedade rural. Por esse motivo, um dos problemas dominantes desta fase da vida brasileira é o da reforma agrária.

O processo da industrialização já estimulou a agricultura, mais voltada para o mercado interno. Todavia, no conjunto, o progresso da nossa agricultura é insuficiente. Basta considerar que, num total de 12 milhões de lavradores, 10 milhões não possuem terra própria; a percentagem da área cultivada não vai além de uma média de 10%; práticas agrícolas nocivas ou superadas ainda são comuns; e a sua renda *per capita* é irrisória, pois mal

atinge 30 mil cruzeiros anuais. Modificações na estrutura agrária sempre acompanharam a história das nações. São uma fatalidade na evolução das etapas do processo social. Este é precisamente o nosso caso. A reforma agrária no Brasil não deve estar ligada a reivindicações de natureza ideológica ou sectária. Trata-se de indeclinável exigência das condições econômico-sociais do nosso desenvolvimento, do bem-estar do povo.

É medida de natureza social, sem dúvida, mas, com ênfase ainda mais expressiva, é medida de ordem técnica imposta pelas condições objetivas da nossa vida nacional.

Não me importa a convicção ideológica do observador. O que ele não poderá negar é que as relações entre os que trabalham e os que possuem a terra são, de modo geral, um obstáculo ao desenvolvimento da produção agrícola, ao aumento da sua produtividade, a uma melhor distribuição das rendas. Esta situação, meus caros estudantes, é que devemos temer, e não a reforma agrária. A situação que a reforma agrária deverá corrigir é que é alarmante e cheia de perigos para a legalidade democrática.

De outro problema, na ordem do dia das preocupações nacionais, passo agora a falar. Refiro-me à remessa de lucros para o exterior. A questão, aqui, diz respeito, antes de tudo, ao capital estrangeiro. Temos recebido tradicionalmente investimentos estrangeiros, que no Brasil sempre encontraram segurança e remuneração compensadora. De modo geral, altamente compensadora. O capital estrangeiro sempre viveu tranqüilo e confiante neste país. Jamais sofreu perseguições, expropriações ou injustiças. Sempre lhe asseguramos tudo quanto necessita para trabalhar e produzir.

Sem dúvida alguma, assim também continuará a ser no futuro. As condições atuais, caracterizadas pelas tarefas do desenvolvimento planejado, impõem, entretanto, que se discipline, através da lei, a atividade desse capital. Seus investimentos não podem deixar de ser qualificados para os benefícios que auferir, para as oportunidades que lhe possam ser oferecidas.

O que há a distinguir são as origens, os tipos, as finalidades dos investimentos. É necessário não perder de vista que o capital estrangeiro constitui elemento ponderável do nosso desenvolvi-

to, mas um elemento, e não a chave do desenvolvimento. A chave do desenvolvimento é o esforço nacional. O desenvolvimento não é um negócio, uma empresa mercantil dos velhos tempos de colonialismo, mas sim uma política nacional. Quem pensa no desenvolvimento, quem lhe estrutura as etapas e lhe propõe os fins somos nós, os brasileiros. Estamos prontos a pagar o preço justo pela valiosa colaboração recebida. Mas essa colaboração não pode retirar do nosso controle soberano as medidas e providências indispensáveis a articular o comportamento do capital estrangeiro com os objetivos fundamentais que temos em vista alcançar.

E não tenhamos dúvidas, estudantes de São Paulo e do Brasil, que o esforço nacional, disciplinado numa mobilização racional dos seus recursos, está apto a fornecer os meios básicos para a política do desenvolvimento. E, portanto, partindo desse esforço que devemos pensar no desenvolvimento e formular a política a ele adequada. Não será partindo da ajuda externa que devemos articular os princípios e os fins dessa política.

A contribuição externa é importante, é preciosa, é necessária. Mas ela não deve comandar nem desfigurar a política determinada pelos imperativos da nossa emancipação econômica.

Ao fim destas considerações, que ofereço à vossa crítica e à vossa meditação, um sentimento me domina. Este sentimento está de tal modo presente na ambiência cultural, cívica e patriótica da Academia do Largo de São Francisco, que ninguém resistirá à sua força, à sua verdade. É o sentimento do Brasil unido, fraterno e democrático, dentro do qual estamos chamados a realizar um grande destino nacional e humano. Foi este Brasil que aqui se cultuou. Foi este Brasil que defendestes com tanta bravura nas horas sombrias que vivemos recentemente, pela afirmação do vosso apoio à legalidade democrática, ao império da ordem jurídica, de que esta Casa é guardiã vigilante e corajosa.

Soubestes, numa hora histórica da vida nacional, colocar o vosso entusiasmo e o vosso idealismo a serviço do princípio cardeal da nossa organização política, expressa no Artigo 1º da Constituição da República: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Como mandatário do povo, que me honrou com duas eleições sucessivas, agradeço a vossa solidariedade e renovo perante vós, estudantes de São Paulo e do Brasil, a afirmação de que só com o povo, com o seu ardente desejo de progresso, com as reivindicações do seu trabalho e do seu bem-estar, tenho compromissos.

A cruzada em que a Nação tôda se empenha é a da conquista da sua emancipação econômica, para satisfação dos imperativos da justiça social. Eu vos saúdo e vos conclamo para esta cruzada pelo Brasil, pela democracia e pela justiça social.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1961.

A bordo do navio-aeródromo "Minas Gerais", por ocasião da entrega da Bandeira Nacional oferecida pela mulher mineira ao capitânia da nossa Esquadra.

Esta solenidade relembra outras da mesma natureza em que, no passado e em circunstâncias semelhantes, a mulher brasileira cultuou o símbolo supremo da nossa unidade e da nossa soberania.

Mas o que é sempre nôvo em atos como êste, que estamos presenciando, é a emoção que êle desperta. A emoção de sentir a Pátria palpitando inteira em cada um de nós, representada na Bandeira Nacional, que a fidalguia de senhoras da sociedade mineira oferece neste momento à guarda de uma das mais modernas unidades da nossa brava Marinha de Guerra: o navio-aeródromo "Minas Gerais".

A presença da Bandeira evoca, une e exalta. Ela pertence a todos, sem pertencer exclusivamente a ninguém. Porque nela estão o passado, o presente e a imagem da Pátria que legaremos ao futuro. Porque a Bandeira simboliza, desde o primeiro instante da nossa emancipação política, o que há de permanente, de duradouro na existência nacional, o que o Brasil construiu com o seu trabalho e defendeu com o seu sangue.

Ela não evoca distinguindo, mas unindo. Ela congrega a todos nós como operários da mesma grandeza nacional, herdeiros da mesma fé, compatriotas da mesma jornada, das mesmas esperanças e do mesmo destino.

Podemo-nos alegrar, com justa ufanía patriótica, de que esta Bandeira seja entregue ao capitânia da nossa Esquadra. Em melhores mãos não poderia ela estar, porque se encontra nas mãos da Marinha do Brasil. Mãos que sempre a defenderam e a exaltaram, na paz e na guerra, que sempre a desfraldaram mostrando a galhardia e a bravura com que a legenda de Tamandaré, de Barroso e de Marcílio Dias ilustra e dignifica os anais da epopéia nacional.

Brasília, 13 de dezembro de 1961.

Pela rede de radiodifusão de "A Voz do Brasil", no encerramento das comemorações da Semana da Marinha.

No dia consagrado à evocação cívica do seu glorioso patrono, o Almirante Marquês de Tamandaré, dirijo-me, como Presidente da República, aos bravos marinheiros do Brasil.

Em seu juízo severo e definitivo, a história da Pátria já consagrou a grandeza dos feitos da nossa Marinha e o povo brasileiro tem plena consciência dos relevantes serviços por ela prestados à integração nacional, na salvaguarda das instituições democráticas.

Consolidadora da nossa independência política, ao expulsar pela força das armas os que teimavam em nos manter submetidos ao jugo colonialista, combatente que não mede sacrifícios, na defesa da nossa soberania e dos nossos ideais de liberdade, a Marinha do Brasil foi sempre a sentinela da lei e da ordem, força de coesão no cotidiano combate pela unidade nacional.

Em nossos dias vive a Marinha uma fase promissora de renovação, pelo trabalho produtivo, pela incorporação de novas unidades ao seu patrimônio e pela elevação dos seus conhecimentos profissionais aos mais altos padrões técnicos.

A longa fronteira marítima do Brasil, a sua crescente responsabilidade trazem aos nossos marinheiros renovadas missões nas velhas estradas do mar, roteiros permanentes do nosso desenvolvimento e da nossa grandeza.

Tem sido realmente inestimável a contribuição da Marinha ao progresso nacional, quer pela sua ação direta e específica, quer

pela formação de pessoal especializado que vai prestar serviços nas indústrias civis, emprêsas estatais ou privadas.

São novas missões reclamadas pelas exigências técnicas da vida moderna, que se incorporam à missão permanente e sagrada de defender a Pátria.

Instrumento decisivo nas lutas que o País tem travado pela afirmação da sua soberania, dos seus ideais e direitos na vida internacional, a Marinha de Guerra conta com o respeito e a simpatia do povo brasileiro, que jamais lhe negará apoio na solução dos seus problemas de estrutura e organização.

Na missão histórica de trabalhar pelo desenvolvimento nacional, oficiais, suboficiais, sargentos e praças, fiéis ao lema "Tudo pela Pátria", não pouparão sacrifícios, porque esta é a tradição imperecível da Marinha brasileira.

No encerramento das comemorações da "Semana da Marinha", o Govêrno da República, pela voz do seu Presidente e em nome do povo, reafirma a fé inabalável do País nos seus bravos marinheiros, para conclamá-los à vitória na luta pela conquista de novas etapas da nossa independência.

Brasília, 14 de dezembro de 1961.

No Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Sinto que faltaria ao meu dever de presença se deixasse de acentuar, neste momento de tão profundo sentido histórico que estamos vivendo, o relevo do ato que ora pratico, no exercício das atribuições constitucionais do mandato que recebi do povo brasileiro, quando sanciono, transformando-o em lei, o projeto que institucionaliza, para ação imediata em favor do Nordeste e da sua população angustiada, as normas e providências com as quais a SUDENE fica habilitada a se integrar na plenitude das suas responsabilidades, cujo atendimento constitui o mais premente, o mais grave, o mais inadiável dos deveres do Governo Federal.

Numa das primeiras reuniões do Gabinete, Senhor Presidente do Conselho e Senhores Ministros, em manifestação oficial, constituindo-me em eco de tantos autorizados e clamorosos apelos que me foram dirigidos, transmitti a Vossas Excelências e, por tão alto intermédio, ao Congresso Nacional, a mensagem de convocação e de esperança para que não se encerrasse êste ano, de tantas conjunturas dramáticas, sem que pudéssemos levar aos nordestinos, já tão amargurados, o incentivo da nossa compreensão para com o seu infortúnio e o testemunho da nossa decisão de ajudá-los, expressos num diploma legal por cuja aprovação o sentimento uníssono de vinte milhões de compatriotas já se proclamava exausto de lutar.

Este instante, Senhores Ministros, documenta, três meses depois, que o Congresso Nacional foi sensível ao apêlo que se con-

fundia com o maior anseio de nove Estados da nossa Federação, estiolados, sofridos e à beira dos limites máximos da resignação.

Honra lhe seja, ao Congresso Nacional, por sua fidelidade a dever tão alto. Honra a Vossas Excelências, na medida em que puderam e souberam contribuir para *desideratum* de tamanha repercussão. Honra a quantos, parcelas influentes da opinião pública — imprensa falada e escrita, estudantes, classes produtoras, trabalhadores de todos os níveis — se associaram, menos por imperativos sentimentais de coração do que por força da consciência cívica que os identificava com a seriedade do problema, nesta verdadeira cruzada de luta contra o pauperismo, contra a miséria, contra a divisão do Brasil, uno e eterno, em dois Brasis inconciliáveis, o Brasil dos pobres e o Brasil dos ricos, o Brasil dos bem-aventurados e o Brasil dos infelizes. Honra, sobretudo, Senhores Ministros, aos nordestinos, que têm sabido superar, nos extremos da sua formação cristã, mais do que seria lícito prever da natureza humana, esgotada pelo sofrimento, e que, numa hora como esta, souberam unir-se nos limites da ordem e da lei, clamando e reclamando, não pelos pratos de lentilha dos interesses pessoais mas pela solução dos seus ingentes problemas coletivos, tão ingentes que deixaram de ser dêles, regionais apenas, para se transmudarem em problemas fundamentais do Brasil, com reflexos indispensáveis sobre a própria conjuntura internacional.

Estamos vivendo — vale ressaltá-lo, Senhores Ministros — um instante de afirmação. Bem sei que não é tudo e que, talvez, para o complexo do que resta fazer, seja mesmo bem pouco. Contudo, é um bom começo para a ação, para as medidas concretas, para o que nos cumpre fazer.

Deve agora a SUDENE usar o instrumento que lhe pomos nas mãos para a ação, não para discursos ou conferências. A fase da preparação já passou. O povo não a entenderia mais, e, ainda que viesse a compreendê-la, os reclamos do estômago e os anseios de melhoria social e de integração nos direitos da comunidade nacional não permitiriam mais a vinte milhões de brasileiros a tortura da dúvida de estarem sendo ludibriados.

Esperamos que, com a reforma agrária, com o estatuto da irrigação, com as providências administrativas que deverão vir em

caráter complementar — inclusive a urgência-urgentíssima que aqui reclamo da SUDENE para o seu Plano-Diretor Quinquenal —, assistidos pela ajuda internacional que tão favoráveis perspectivas nos enseja neste terreno, poderemos ativar a marcha dos fatos, dos fatos e não das promessas, em favor do Nordeste e dos nordestinos.

É o que espero. É o que desejo. É o que me disponho a fazer, na parte que de mim dependa. É o que, estou certo, será feito, também, por Vossas Excelências, Senhores Ministros, no muito que o novo sistema constitucional em vigor colocou no âmbito das suas esclarecidas competências e atribuições.

Quanto a mim, dispondo de dez dias para sancionar o projeto, cujo autógrafo recebo neste momento, fiz questão de apor-lhe imediatamente a minha assinatura, sem perder um minuto, sem retardá-lo um segundo.

Sinto-me feliz, portanto, Senhor Presidente do Conselho e Senhores Ministros, em verificar que, auspiciosamente, a sanção de projeto tão significativo se efetiva neste mesmo dezembro, às vésperas do Natal, que invoco como um período de preces e de esperanças, confiante em que Deus não nos desampará no caminho difícil de contribuir para a melhor sorte dos brasileiros.

Curitiba, 21 de dezembro de 1961.

Na solenidade de conclusão dos cursos da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda.

Desejo, antes de tudo, agradecer a honra da homenagem que me é prestada pela turma "Fernão Dias", que neste ano conclui os seus cursos, na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda de Curitiba.

Meus agradecimentos igualmente se dirigem ao comandante dêste modelar estabelecimento de ensino militar, Brigadeiro-do-Ar Anísio Botelho, com quem me congratulo pelo excelente trabalho que, sob sua lúcida direção, aqui se vem desenvolvendo.

Vai dêsse modo a Fôrça Aérea Brasileira receber uma nova turma de aspirantes, que, decerto, saberão integrar-se no seu espírito e nas suas tradições, aptos para o exercício de tarefas não só de caráter militar, como também de caráter técnico-científico. Sem os conhecimentos adquiridos em estabelecimentos de ensino de elevado padrão, como os desta Escola, não poderia a oficialidade cumprir a elevada missão que é atribuída às Fôrças Armadas. Felizmente, em todos os seus ramos, o nível de preparação cultural e técnico das nossas Fôrças Armadas não cessa de elevar-se. O corpo docente das nossas escolas militares sempre primou pela dedicação e competência. Figuras notáveis do ensino da ciência e da técnica nunca deixaram de figurar nos seus quadros.

A solenidade de hoje testemunha mais um episódio do admirável esforço com que, nas unidades escolares das Fôrças Armadas, se processa a preparação teórica e prática indispensável aos deveres profissionais da oficialidade.

A nossa Fôrça Aérea, embora relativamente nova, já conquistou, na admiração e no respeito do País, o lugar de relêvo que todos lhe reconhecem pertencer.

Experimentada nas tarefas da paz e da guerra, dotada de um espírito pioneiro, que permitiu abrir, através do nosso vasto território, rotas significativas para a unidade nacional, como as do Correio Aéreo, a FAB integra o conjunto de valôres que protege e conserva o nosso modo de viver. Este modo de viver é o de uma sociedade de homens livres, disciplinada pela lei, pelo respeito que a hierarquia exige, e de modo tão especial, das fôrças a que a Nação entregou suas armas para proteção da nossa soberania, da nossa tranqüilidade interna e do princípio cardeal da nossa Constituição, segundo o qual todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

O conjunto de tradições, lealdade e ideais, que alimenta as Fôrças Armadas do Brasil, coloca-as exatamente no mais alto ponto do respeito e da estima da opinião pública.

O País está seguro da posição legalista das suas Fôrças Armadas, leal aos ideais da democracia representativa, leal aos princípios cristãos formadores da nacionalidade, leal ao dever de servir a esta nação, que elas sempre defenderam com intrepidez.

É com justificada ufania patriótica que dirijo, nesta solenidade, uma saudação e uma homenagem à Fôrça Aérea Brasileira. Sinto nesta Escola, na dedicação e competência dos seus professores, do seu quadro administrativo, uma prova viva do espírito que anima a FAB — espírito de construção, de pioneirismo, de lealdade cívica e militar, espírito que lhe tem permitido colocar-se, sempre, à altura da sua missão nacional.

Sejam as minhas derradeiras palavras de congratulações com o comandante Brigadeiro-do-Ar Anísio Botelho, pelo trabalho profícuo realizado no presente ano letivo, pelo alto senso administrativo, pela equilibrada e enérgica ação militar de que tem dado tantas provas numa vida inteiramente dedicada à sua profissão e aos seus deveres de soldado brasileiro.

Pôrto Alegre, 21 de dezembro de 1961.

*Ao instalar o Banco Regional do
Desenvolvimento Econômico e o
Conselho de Desenvolvimento do
Extremo Sul.*

Dentre os múltiplos problemas que desafiam a visão e a energia dos homens públicos brasileiros, talvez nenhum ofereça a gravidade do problema representado pelos desníveis regionais da nossa economia. País de dimensões continentais, o Brasil não possui uma economia integrada. Da desconsideração dêste fato, na adoção de uma política de desenvolvimento, não resultou apenas o agravamento do desnível entre as áreas em franco progresso e as tradicionalmente estagnadas, das quais o símbolo dramático é o Nordeste brasileiro.

Uma política econômico-financeira que tratou uniformemente um país economicamente sem uniformidade, além de acentuar as disparidades existentes, criou para o Brasil novas "áreas-problemas". Destas novas áreas, o Extremo Sul brasileiro passou a ser um exemplo típico.

Quando, no plano internacional, assistimos aos esforços de povos e governos no sentido de eliminarem as desigualdades existentes entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, não se compreenderá como dentro de um mesmo país seja permitido o estabelecimento ou o agravamento de desigualdade entre as suas próprias regiões. Eis porque a luta pela eliminação dos desníveis econômicos, tecnológicos, culturais e sociais, que hoje se verifica no Brasil, deve constituir uma das principais tarefas governamentais, inclusive em defesa do ritmo de desenvolvimento das áreas de maior prosperidade.

Tão magna empresa não pode ser executada à base da adoção de mera política assistencial, como desde o Império ocorreu em relação ao Nordeste. Não pode resumir-se, também, na aplicação de simples medidas de emergência e de providências isoladas, tomadas ao sabor das circunstâncias. Ela só será efetiva se representar um ato de planejamento, isto é, de aplicação racional de recursos, medidas e providências dentro dos prazos definidos, e visando a objetivos claramente pré-firmados. Tal política de planificação regional exige, para a sua correta execução, a criação de órgãos técnicos, destinados uns à elaboração de projetos e fixação de programas, e outros à prática específica de investimentos.

O Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que hoje declaro solenemente instalados, enquadram-se nestas rigorosas exigências técnicas de promoção do desenvolvimento econômico e do progresso social dos Estados que integram o Brasil Meridional. Criados por sugestão do Governador do Rio Grande do Sul, Engenheiro Leonel Brizola, e dos Governadores Celso Ramos, de Santa Catarina, e Ney Braga, do Paraná, as duas instituições têm o alto objetivo de implantar nesta região do Brasil um centro dinâmico que, vitalizando a sua economia, contribuirá também para a ingente tarefa de dar unidade à descontínua realidade econômica brasileira.

Louvando a iniciativa dos governadores dos Estados do Extremo Sul, criando o Conselho e o Banco — uma demonstração de fé na capacidade realizadora da sua gente e nos recursos da sua região —, desejo reafirmar os meus inabaláveis propósitos de emprestar o máximo de apoio efetivo e cercar do mais irrestrito prestígio as duas novas instituições. Esta é a melhor oportunidade que tenho de, renovando os compromissos assumidos com o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, assegurar-vos que, para complementar os recursos do Banco, coletados de um percentual sobre a receita tributária dos três Estados, o Governo Federal destinará 10%, da parte brasileira, dos meios provenientes de todos os acordos para a importação dos excedentes do trigo norte-americano. Participando da composição do Banco, com representantes seus, o Governo Federal também colocará à sua disposição e à

disposição do Conselho, os técnicos que a região considerar necessários ao bom trabalho das entidades que aqui instalamos.

Caberá ao Conselho promover o levantamento das necessidades da região e equacioná-las em termos de planificação regional, integrando-a na planificação nacional, esta última da responsabilidade do Governo Federal. Ao Banco competirá realizar os investimentos definidos como essenciais à criação ou expansão, ou modificação da infra-estrutura econômica da região. As suas atividades não deverão ser limitadas pelo exclusivo critério da rentabilidade. Pois este não é um banco comercial, mas um banco de fomento, e, como tal, entre os seus critérios de ação, devem figurar os que atendam a exigências sociais e humanas. A sua atividade há de ser necessariamente promocional e não apenas supletiva.

Dentre tantos fatores que condicionam o processo que deprime a economia do Extremo Sul, inclui-se o de continuarmos sendo uma economia agrária, na qual se instalou uma pequena faixa industrial: a de uma indústria dependente da produção agrária e constituída por pequenas e médias empresas. Em face da crise inflacionária em que o País se engolfa, essas pequenas e médias empresas entraram em regime de dificuldades quase insanáveis, com evidentes prejuízos econômicos e danos sociais e humanos para a região.

Se este fato já não bastasse para explicar a marginalização da economia do Extremo Sul, um outro surgiu, capaz de tornar ainda mais árdua a situação vivida por gaúchos, catarinenses e paranaenses. É que a nossa região não acompanha, por circunstâncias estranhas à sua vontade, a implantação da grande industrialização brasileira. Em consequência, o desnível entre a nossa economia e a economia das áreas mais desenvolvidas tornou-se por tal forma violento, que as relações de troca entre uma região e outra passaram a ser altamente danosas para o Brasil meridional. Reconhecendo este fato como o centro mais ativo do processo de descapitalização regional, estamos, implicitamente, proclamando que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná somente superarão as suas atuais dificuldades quando ingressarem na área da grande industrialização.

Sem esquecer os deveres de assistência às pequena e média empresas, às demais atividades que compõem a economia do Extremo Sul, ao Conselho de Desenvolvimento e ao Banco Regional tocam as tarefas de modificação da nossa atual estrutura econômica, no sentido do desenvolvimento econômico e social, dado que os males que afetam a economia dos três Estados não são males de conjuntura, mas de estrutura.

Senhores Governadores:

A criação dos dois órgãos que hoje surgem para a vida legal e as atividades práticas é um exemplo de política objetiva que certamente será útil às regiões brasileiras que começam a manifestar justo inconformismo com a situação de abandono a que foram relegadas. Encontrarão elas, na vossa sábia iniciativa, o modelo de uma ação administrativa orientada no sentido de eliminar as discrepâncias de renda e todos os demais fatores que entorpecem a sua fulminante arrancada para o desenvolvimento. Eis por que não hesito em dizer que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional. É, portanto, com justificado júbilo patriótico que declaro sentir que hoje, aqui em Pôrto Alegre, como ontem, no Nordeste, iniciamos finalmente a esperada e necessária fase de integração econômica e social do Brasil.

Charqueadas (RS), 21 de dezembro de 1961.

Na inauguração da Usina Termelétrica de Charqueadas.

A inauguração, nesta solenidade, da Usina Termelétrica de Charqueadas, tem, sem dúvida, uma elevada significação para a vida econômica do nosso Estado. Deverá suprir não só a Siderúrgica de Aços Finos Piratini, notável empreendimento do Govêrno rio-grandense, mas, também, atender a várias demandas de energia do Estado.

Charqueadas significa um real e expressivo refôrço no plano de eletrificação do Rio Grande do Sul, que representará, concluídas tôdas as suas etapas, 25% do potencial atualmente instalado no Estado.

A demanda de energia elétrica no Rio Grande tem crescido, nos últimos anos, de 12,7% anualmente. É uma taxa que, certamente, vai aumentar de modo sensível, logo que seja superada, como está sendo, a fase de desgaste que a economia gaúcha vem sofrendo, últimamente.

Devemos ter presente que o aumento da produção de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul é, antes de tudo, imperativo do interêsse nacional. Quero acentuar, nesta oportunidade, que o Govêrno gaúcho vem demonstrando patriótica vigilância na defesa das suas fontes de energia, com a preocupação de colocá-las, sempre e integralmente, a serviço dos legítimos interêsses nacionais.

Na verdade, não possui o Rio Grande do Sul as excepcionais reservas de potencial hidráulico que caracterizam a região Centro-Sul, e, por esta razão, teve que se voltar para a exploração de usinas termelétricas, cuja produção é de custo mais elevado.

Não é da psicologia dos gaúchos conformar-se com as dificuldades, dobrar-se aos desafios do destino.

Novas investigações foram feitas e os estudos técnicos já realizados pelo Governo do Estado, em colaboração com a União, levam à conclusão de que a energia nuclear está chamada a desempenhar papel de singular importância no progresso da economia rio-grandense.

Em consequência de tais estudos, o Rio Grande do Sul poderá instalar a primeira usina termelétrica nuclear do País, utilizando como combustível o tório, proveniente dos depósitos brasileiros de areia monazítica e, também, o plutônio, que será um subproduto da operação da usina atomelétrica a ser instalada no Centro-Sul do País.

Constatou-se, portanto, que o Rio Grande do Sul apresenta as melhores condições para instalação de centrais nucleares geradoras de energia elétrica.

Superadas, assim, as enormes dificuldades que estavam entrando o seu progresso, o Rio Grande do Sul vai retomando o seu ritmo de desenvolvimento, levando ao povo gaúcho sua contribuição indispensável na luta em que todos estamos empenhados, pela melhoria das condições de vida das nossas populações e pela independência econômica nacional.

Associo-me às manifestações de regozijo dos rio-grandenses e congratulo-me com o Senhor Governador do Estado, que tem sabido defender os altos interesses do Rio Grande. Dou por inaugurada a Usina de Charqueadas, marco expressivo do seu progresso e contribuição valiosa dos gaúchos à grandeza do Brasil.

Candiota (Pelotas — RS), 22 de dezembro de 1961.

Na inauguração da Usina Termelétrica de Candiota.

O acontecimento que aqui nos reúne é dos mais expressivos na luta em que estamos empenhados pelo desenvolvimento do nosso País.

De fato, a inauguração da usina termelétrica de Candiota, antiga e sentida aspiração das populações desta região do Estado, representa importante contribuição para o desenvolvimento de extensa área da zona sul, compreendendo, numa etapa inicial do seu programa, os municípios de Bagé, Rio Grande, Pelotas e Arroio Grande. A segunda fase da usina compreenderá os municípios de Jaguarão, Herval e Piratini, além de Dom Pedrito e General Vargas. Assim, cidades de grande importância para a economia rio-grandense receberão os benefícios de novas fontes de energia, indispensáveis ao seu progresso.

Realmente, não se pode falar em desenvolvimento sem energia. Um país não se pode industrializar, não pode sequer superar as condições primárias do seu atraso, sem que nêle o trabalho disponha de equipamento energético, característica da civilização moderna. Nos fundamentos do desenvolvimento há de estar sempre o trabalho nacional. É no esforço do nosso povo que devemos, antes de tudo, confiar. Organizar a Nação, dentro de uma estrutura industrial moderna e eficiente, constitui a política que nos cabe formular e dirigir, na valorização do trabalho do homem brasileiro.

Mas os frutos dêste trabalho não serão verdadeiramente compensadores, se não colocarmos a seu serviço os instrumentos que

a ciência e a técnica nos proporcionam. Sem a aplicação básica da ciência e da técnica, os países que chamamos subdesenvolvidos, ou meio-desenvolvidos, não teriam possibilidade de recuperar o tempo perdido, de vencer rapidamente o atraso, de ser vitoriosos na corrida do desenvolvimento. É graças aos admiráveis recursos da ciência, aplicados a serviço do homem, que as sociedades modernas se tornam mais ricas de possibilidades materiais e culturais, para a vida de cada um dos seus habitantes.

É justamente um passo no equipamento do trabalho rio-grandense que esta usina representa. Este passo está relacionado com muitos outros de atribuição do Estado, dentro da política progressista traçada pelo Governador Leonel Brizola.

É grato verificar que o Rio Grande do Sul, pelas forças vivas da sua comunidade, pela ação dinâmica do seu Governo, está realizando um plano racional e tecnicamente bem traçado, no sentido de conquistar esse nível superior de economia, sem o qual não haverá abundância de bens e de empregos, nem alto nível de produtividade e de renda. Em boa hora, o Rio Grande sentiu que era necessário defender a sua economia e o bem-estar do seu povo, dentro de uma política de emancipação nacional.

Iniciada em 1953, a usina de Candiota é o exemplo de uma colaboração feliz entre o Governo Federal e o do Estado. O investimento da União, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, montou a meio bilhão de cruzeiros. A cargo do Estado esteve a construção de cinco subestações, que compreendem a primeira fase, e 300 quilômetros de linhas de alta tensão em torres de aço. Para essa obra concorreu um empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no total de dois bilhões de cruzeiros.

Quero, ao finalizar estas palavras, congratular-me com o povo do meu Estado, pela inauguração da usina de Candiota. Congratulo-me, igualmente, com o Senhor Governador do Estado, sob cuja ação dinâmica e corajosa vai o nosso Rio Grande recuperando a sua economia, equipando o seu trabalho, honrando assim as suas tradições progressistas, na comunidade nacional.

Brasília, 31 de dezembro de 1961.

Pela rede de radiodifusão de "A Voz do Brasil", ao ensejo da passagem do ano.

À véspera de um novo ciclo no correr do tempo, quero dirigir-me a todos vós, meus patrícios, para comunicar-vos algumas reflexões que me sugerem os acontecimentos deste agitado ano que hoje finda, bem como palavras de justificada esperança nos dias que amanhã começaremos a viver.

Este é o grande instante para o desanuviamento dos espíritos, para a conciliação dos corações, para o abandono dos ressentimentos, para o sepultamento dos ódios e das prevenções. Este é o momento de convocar todos quantos sejam ou possam vir a ser úteis à tarefa de contribuir para que o Brasil tenha mais tranquilidade e estabilidade, para prosseguir na jornada pelo destino da Pátria, aperfeiçoando as suas instituições, melhorando as condições de vida de milhões de deserdados, que ainda não se integraram nas belas perspectivas que temos o dever e o direito de almejar para a grande comunidade nacional.

Ao se verificar a renúncia do Presidente Jânio Quadros, obrigava-me o dever, em razão do cargo a que fui elevado pelo voto consciente do povo, a assumir, na plenitude dos poderes constitucionais, a superior magistratura da Nação. Mas, pesando bem as responsabilidades do meu gesto, preferi aceitar a solução que o Congresso Nacional, em seu alto tirocínio, houve por bem consertar em benefício da paz e da fraternidade entre os brasileiros. Foi uma decisão que tomei sem nenhum ressentimento, com a consciência tranquila, na convicção de estar prestando leal colaboração ao País e aos meus irmãos brasileiros. Posso proclamar que tudo tenho

feito no sentido de não criar quaisquer dificuldades ao nôvo sistema instalado no País. Com a modificação introduzida pelos acontecimentos de agosto, não foram, entretanto, solucionados os verdadeiros problemas nacionais. Antes, evidenciou-se a necessidade de empreender, com lucidez e coragem, as reformas de que carecemos, para ajustar o Estado e o processo administrativo às exigências das necessidades nacionais.

Ninguém mais duvida de como se torna imperioso reformular certos conceitos que entravam o livre desenvolvimento das nossas forças econômicas, constroem e desfiguram a realidade social, pois exprimem o que não mais existe e não exprimem o que é fato indiscutível. O clamor público pelas reformas de base indica-nos que atingimos um grau de compreensão da nossa realidade que nos fará criar, com os próprios recursos de inteligência e trabalho, os meios indispensáveis à construção do progresso do nosso País. Não somos uma nação pobre, desde que descobrimos a imensa riqueza que é a união do povo decidido a libertar-se da pobreza.

Vejo, por isso, com o mais saudável otimismo, o alvorecer deste Ano Nôvo, que há de trazer-nos a solução de alguns dos problemas que agora nos afligem, pois nêle o povo será convocado a escolher os seus representantes no Parlamento, o que equivale à reaproximação com a única fonte de onde deve emanar o poder. Temos problemas áduos a resolver, mas são precisamente aqueles que decorrem da marcha da nossa evolução econômica e social.

Considerado na perspectiva histórica mais geral, o ano encerrado foi extremamente rico de sucessos e de lições. Progredimos na produção econômica, apesar de persistirem os desequilíbrios que dificultam a ordenação financeira e se exprimem na inflação não dominada. Contudo, não foi estancado o crescente ingresso da mão-de-obra no mercado do trabalho, o que significa estar a Nação oferecendo meios de existência a parcelas cada vez maiores da população. Entre outras medidas e providências tomadas no ano que hoje finda, a conversão em lei do plano de desenvolvimento regional do Nordeste constitui notável marco no progresso do desenvolvimento nacional e assenta bases na próxima e definitiva liquidação dos desumanos e inadmissíveis padrões de vida que ainda torturam, ali, milhões de patrícios. Não cessamos de crescer

mesmo nos dias de ansiedade política e de mal-estar social. À medida que nos desenvolvemos, vai-se também ampliando uma consciência de justiça social, com o patriótico objetivo de corrigir desacertos e minorar contrastes que podem ameaçar a harmonia entre os brasileiros.

É preciso que pratiquemos a democracia real, aquela em que o povo, por intermédio de eleições livres, decide de si mesmo e institui em seu exclusivo proveito os termos da convivência social.

Cumpra às classes produtoras compartilhar do esforço coletivo pela ascensão do nível de vida de todos os brasileiros.

O nosso povo é unido, a sua sólida formação cristã preserva-o do espírito de ódio e violência. Não deseja o mal de ninguém, mas quer participar — e a isso tem o direito — dos bens que a riqueza nacional já lhe pode proporcionar.

É para todos, pois, que — de coração aberto — neste dia quero apelar. Não é o apêlo à tranquilidade dos braços cruzados, à serenidade da imobilização, mas o apêlo à confluência dos bons esforços, à harmonia entre opiniões diversas que caracterizam o o processo democrático. Que cada qual, tendo, lado a lado, o quadro dos seus direitos e dos seus deveres, se disponha, sempre que houver dúvida, a promover a prevalência dos últimos, que a hora é sobretudo dos deveres.

É a hora do apêlo aos trabalhadores, para que confiem em que o seu experimentado companheiro de tantas campanhas memoráveis não há de ser, em qualquer emergência, indiferente às suas reivindicações justas e legítimas. O Presidente da República, para ser fiel ao Brasil e não se tornar impossibilitado de servir aos trabalhadores, precisa, mais do que nunca, da sua colaboração, da sua compreensão, da sua ajuda, enfim, da sua amizade confortadora. Para isso, basta que os trabalhadores se conservem fiéis à ordem constituída e se revelem imunes às agitações estereis ou às perturbações dos que pretendem transformar movimentos justos em pretextos para encobrir ambições de natureza ilegítima.

É hora do apêlo aos empregadores, aos materialmente mais felizes ou melhor dotados, para que vejam e sintam que não há maneira mais indicada de resguardarem os próprios direitos do que usá-los com visão social e humana, reconhecendo que êsses

direitos são frutos de uma ordem jurídica que não teria forças para sobreviver sem corrigir a espoliação que sofrem milhões de brasileiros.

Sei perfeitamente que a murmuração cresce em tôdas as camadas populares, em face do incontrolável e incessante aumento do custo de vida. Se é forçoso reconhecer que êsse indesejável fenômeno pertence à dinâmica do nosso processo econômico, sabemos, por outro lado, que existem meios para conter, dentro de limites aceitáveis, o desvirtuamento do poder de compra. De todos, é êste o mais grave dos problemas que me inquietam. Se não conseguirmos dominar o aumento do custo de vida, de nada valerá tudo o mais que fizermos, pois seremos esmagados pelas conseqüências dessa fatal enfermidade. O ano de 1962 deve marcar a concentração dos esforços de todos no combate, permanente e objetivo, ao agravamento do custo de vida, problema fundamental para todos os brasileiros e do qual pode depender a própria sobrevivência das nossas instituições democráticas.

O homem brasileiro quer trabalho condigno, quer terra para plantar, escolas onde estudar, hospitais onde se socorrer, um mínimo de conforto e de satisfação espiritual. Ninguém deverá atuar senão no sentido de lhe oferecer êsses bens a que tem direito. Qualquer decisão política que se oponha a tais finalidades, ou simplesmente ignore a premência da sua satisfação, será considerada anti-social e tornar-se-á responsável pelo incremento da tensão reivindicatória das classes menos favorecidas.

O ano que se inaugura será, sem dúvida, difícil para o Governô, que se vê a braços com situações graves que lhe foram legadas, acrescidas de outras, resultantes de erros acumulados ou causados pela imperfeição da atual máquina administrativa. Anima-me, porém, uma fé inquebrantável no futuro desta poderosa nação, que encontrará em si mesma, brotando do seu próprio seio, as energias de que necessita para transpor todos os obstáculos. As ocorrências políticas de agôsto, que quase precipitaram o País na luta fratricida, tiveram, entretanto, a virtude de demonstrar a perfeita comunhão entre o sentimento do povo e a atuação das Forças Armadas, na defesa intransigente da legalidade.

Um país que necessita desenvolver-se não se aproxima desse objetivo senão à custa de ingente sacrifício. Superar o subdesenvolvimento não é resultado espontâneo do processo econômico, abandonado a si mesmo. O desenvolvimento exige, ao contrário, planejamento e direção política para fazer-se de forma harmoniosa, conseqüente, não por surtos locais desencontrados, que agravam as disparidades regionais. Estas só serão eliminadas pelo desenvolvimento concebido e executado segundo um plano nacional, que corrija os desníveis entre regiões e a tôdas beneficie por igual.

Não teríamos, no entanto, a visão exata da nossa realidade, se a considerássemos exclusivamente no seu panorama interno, destacando-a do contôrno internacional. Também neste cenário, o ano que se extingue foi cheio de acontecimentos significativos, auspiciosos uns, inquietantes outros, que podem trazer, no ano próximo, situações delicadas a que o nosso país terá de fazer frente. Para nos orientarmos, porém, nas conjunturas que se apresentarem, possuímos o fio de uma tradição de respeito aos direitos de todos os povos, e por êles é que nos deixaremos guiar em qualquer eventualidade.

Somos membros de uma fraternidade de nações latino-americanas que, por enquanto, sofrem, umas um pouco mais que outras, da mesma deplorável condição de subdesenvolvimento econômico, que as irmanam na tarefa comum de levantar o nível de existência das suas populações. Esta realidade estabelece as condições objetivas de uma política unitária de tôdas elas. Compreendemos a política de superação do desenvolvimento na perspectiva continental, dispostos a participar de todos os esforços que venham a ser propostos por qualquer membro da nossa comunidade de Nações, visando às ações coletivas que tenham por fim melhorar o nível de vida das populações. Acredito que, sem vigoroso impulso interno e sem franca e leal colaboração, as nossas nações dificilmente se erguerão, em tempo hábil, do estado de pauperismo em que se encontram.

O Brasil não fugirá aos seus compromissos de nação pacífica, desejosa de manter universais relações de amizade. Ampliamos nossa área de convivência internacional, restabelecendo comunica-

ções com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira e da qual pessoalmente discordo. Mas nem por isso deixo de ver como resultado vantajoso o estabelecimento de relações com todos os países, porque o fato significa o alargamento da nossa projeção internacional e novas possibilidades de expansão econômica.

A política exterior do Governo tem obedecido ao princípio inalterável de respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda da nossa própria independência. Já vai longe o tempo em que o Brasil se podia considerar isento de responsabilidades nas grandes questões internacionais. Somos, hoje, uma das nações democráticas mais populosas e as nossas tradições jurídicas e políticas nos conferem autoridade para levarmos uma ação construtiva ao debate dos grandes problemas do mundo contemporâneo, procurando sempre contribuir, com o melhor dos nossos esforços, para a preservação e o fortalecimento da paz.

Meus patrícios:

Homem simples, homem comum, homem endurecido no combate cotidiano, no contato igual com os humildes, fazendo do diálogo permanente com eles a fonte constante da minha inspiração, a verdade é que o poder não me deslumbra e suas ostentações, longe de me seduzirem, só me trazem constrangimento, e não consigo incluir senão no rol dos meus deveres mais penosos. Só compreendo o poder como instrumento para o bem coletivo, sujeito, sempre, à revisão e à confirmação das manifestações populares, aos debates e às críticas, democraticamente exercidas, e só o aceito enquanto conduz à realização do seu objetivo justificador.

Mais ligado por uma vivência diuturna aos problemas dos trabalhadores, cujos sofrimentos conheço como se fôssem meus e de cujo patriotismo jamais tive motivos para descrer, saberei buscar, no exemplo singular do Presidente Getúlio Vargas, as inspirações para o equilíbrio, que hei de manter no exercício do meu mandato, não, evidentemente, como um indiferente, mas como um árbitro, orientado por sentimentos de equidade e de justiça social, disposto

a extrair do diálogo democrático, livremente manifestado, as verdades e as constantes para as decisões que convenham ao Brasil, que é maior do que todos nós, na sua disposição de lutar e de vencer o subdesenvolvimento, a pobreza e a injustiça.

Não tenhamos receio dos dias que iremos atravessar no ano que se inicia, embora eles possam vir marcados por dificuldades e preocupações, pois saberemos vencê-las com espírito de luta e vontade de servir aos altos ideais nacionais.

O ano que ora finda foi agitado, mas de suas horas incertas saímos revigorados na decisão de continuarmos unidos, caminhando firmes para os nossos irrevogáveis objetivos. Nenhum motivo de temor me assalta no instante em que transpomos o limiar de 1962. Com a ajuda de Deus, quero dizer a todos vós, brasileiros das cidades e dos campos, homens e mulheres, jovens e anciões, que nada deterá a marcha desta Nação, marcada pelo signo da grandiosidade nas suas dimensões físicas e no seu destino histórico. De mim, como seu Presidente, só um apêlo constante ouvireis: o apêlo à união, à ordem, ao trabalho, à amizade e à paz.

Esta é a mensagem que desejo transmitir-vos e que, estou certo, será recebida com integral consonância em vossos corações. Quando amanhã, passado o dia festivo, reencetarmos o labor diário, lembremo-nos de que, como povo, devemos trabalhar pelo desenvolvimento nacional, para fruir em paz e em liberdade os bens que produzirmos e para mostrarmo-nos dignos do ideal cristão de fraternidade que nos anima e justifica a nossa vida e a nossa luta.

Brasileiros:

Nesta noite de alegrias e de esperanças, dirijo-me a todos os meus patrícios, de todos os rincões da Pátria, para dizer-lhes que as suas preocupações, as suas dificuldades, ocupam permanentemente o meu pensamento; para dizer-lhes que temos muitas razões para acreditar que, mercê do nosso esforço e do nosso patriotismo, o ano que amanhã se inicia será mais generoso para todos os brasileiros.

Em nome do Brasil, em nome das nossas tradições cristãs, rogo a Deus para que derrame suas bênçãos sobre o bravo povo brasileiro; que conceda, em sua infinita compreensão, as maiores felicidades a cada um dos brasileiros, para que possamos todos, irmanados no mesmo ideal, lutar pela grandeza da Pátria comum, cujos altos destinos haveremos de construir com o nosso trabalho e a nossa fé, a fim de torná-la cada vez mais forte, mais justa e mais independente. Que Deus faça de 1962 o ano da paz e da concórdia para a grande família brasileira.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS
OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO
DO I.B.G.E. — LUCAS, ESTADO
DA GUANABARA — BRASIL